

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia e Antropologia

A Copa, a Cidade e a Vila:

Um estudo de caso sobre a Vila Recanto UFMG

Thiago Pinto Barbosa

Belo Horizonte

2011

Thiago Pinto Barbosa

A Copa, a Cidade e a Vila:

Um estudo de caso sobre a Vila Recanto UFMG

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andréa L. M. Zhouri

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, pelo amor e apoio absolutos;

A vó Jandira, *in memoriam*, por sua alegria e sabedoria de uma vida que tanto me marcaram;

Aos colegas do GESTA, pelo companheirismo ao longo de quase toda minha graduação; em especial a Laís, Luana e Max pelos conselhos e indicações de leitura que me deram um Norte neste trabalho;

À professora Andréa Zhouri, pela atenciosa e paciente orientação e também por ser fonte de inspiração profissional e pessoal;

Aos professores Ricardo Carneiro e Flávia Brasil pela orientação em pesquisa na Fundação João Pinheiro; à Flávia também agradeço imensamente pela orientação inicial e pelas decisivas indicações de leitura para este trabalho;

Aos colegas de Ciências Sociais e amigos Aiko, Dani, Thereza, Mari (também companheira quase diária de FJP), Edu, Aline, Cíntia, Melissa, Lu, Moitas, por tudo nesses últimos quatro anos e meio;

À professora Bia, pelo pronto aceite ao convite de avaliar este trabalho;

A todos do CPAC-BH, pela motivante energia política;

A Fábio Merladet, pelo apoio crucial neste trabalho e pelas belas fotos cedidas;

A todos os entrevistados, pelo apoio e desprendimento de tempo e atenção; em especial aos eternos moradores do Recanto UFMG - a vocês dedico este trabalho.



RESUMO

Neste trabalho, argumento que intervenções públicas urbanas ligadas a megaeventos implicam impactos para a moradia de populações pobres, explicitados em seu aspecto mais grave na remoção de favelas e, de maneira geral, confluindo com uma tendência de periferização da pobreza. Por meio de estudo de caso detalhado do conflito em torno da remoção da Vila Recanto UFMG, este trabalho procura apreender tais impactos. Construída informalmente em terreno abandonado a partir dos anos 1990, a Vila é sintoma do problema da moradia em Belo Horizonte e reflete as consequências do planejamento urbano modernista excludente. A partir principalmente do ano 2000, moradores da Vila Recanto UFMG, antiga proprietária do terreno e poder público travam um conflito em torno da legítima ocupação e organização daquele espaço, que, hoje, está sendo transformado para dar lugar a um viaduto justificado pelo megaevento de 2014. Apropriados por ferramentas empreendedoras de gestão e planejamento urbanos como uma oportunidade para divulgar a cidade no âmbito global, megaeventos impulsionam megaprojetos de regeneração urbana (embelezadora e infraestrutural), o que recorrentemente vai em contra moradias e grupos sociais tidos como prejudiciais à imagem da cidade.

Palavras-chave: Vila Recanto UFMG; Copa do Mundo da FIFA 2014; Belo Horizonte; megaeventos; favelas; moradia; planejamento urbano; *city marketing*; despejos; gentrificação.

LISTA DE SIGLAS

ASMARE - Associação dos Catadores do Papel, Papelão e Material Reaproveitável

BH – Belo Horizonte

BHTrans - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A

CNDDH - Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis

Copasa - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPAC-BH – Comitê Popular dos Atingidos pela Copa de Belo Horizonte

Crea-MG - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais

Confea - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado

FMI – Fundo Monetário Internacional

MG – Minas Gerais

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Pólos - Programa Pólos de Cidadania

PROAS - Programa de Reassentamento de Famílias em Função de Risco ou Obras Públicas

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SAJ / PUC – Serviço de Atendimento Jurídico da Pontifícia Universidade Católica

SUDECAP – Superintendência de Desenvolvimento da Capital

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

LISTA DE FIGURAS E QUADRO

FIGURA 1 – Traçados de Belo Horizonte.....	22
FIGURA 2 - Planta geral de Belo Horizonte projetada por Aarão Reis	22
FIGURA 3 - Parte da área urbana projetada por Aarão Reis	23
FIGURA 4 - Pintura em representação da ocupação Alto da Estação.....	25
FIGURA 5 - Foto da Avenida Presidente Antônio Carlos em 1950.....	29
FIGURA 6 – Vista aérea da Vila Recanto UFMG e seu entorno.....	32
FIGURA 7 - Vista aérea da Vila Recanto UFMG	33
FIGURA 8 – O beco da Vila Recanto UFMG	34
FIGURA 9 – Placa na Av. Antonio Carlos sinaliza obras do futuro viaduto	42
FIGURA 10 - Perspectiva final do projeto de interseção das avenidas Antônio Carlos e Abraão Caram.....	46
FIGURA 11 – O beco da Vila Recanto UFMG em processo de demolição.....	73
FIGURA 12 – Casa na Av. Antonio Carlos nº 7070.....	74
FIGURA 13 – Coleta de entulho das casas destruídas na Vila Recanto UFMG	74
FIGURAS 14 e 15 – Empregados da prefeitura trabalham na destruição das casas.....	75
FIGURA 16 – Entulho dentro de uma casa semi-destruída	75
FIGURAS 17 e 18 – Criança assiste destruição de casa vizinha.....	76
FIGURAS 19 e 20 – Destruição de casa e crianças	77
FIGURA FIGURAS 21 e 22 – Moradores pintam muro de casa antes do despejo	78
FIGURA 23 – Muro de casa restante	78
FIGURA 24 – Casas dos últimos moradores	79
FIGURA 25 – Área da Vila.	79
QUADRO 1 - Impactos de megaeventos na moradia em cidades de diferentes países.	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. NOTAS METODOLÓGICAS.....	15
2. BELO HORIZONTE E A VILA RECANTO UFMG	20
2.1. Da cidade planejada ao não planejado	20
2.2. A Pampulha	27
2.3. A Vila Recanto UFMG	31
3. O CONFLITO	42
3.1. O(s) viaduto(s) e a Copa.....	42
3.2. Vetor Norte e valorização imobiliária.....	46
3.3. Conflito como drama social.....	49
3.3.1. Ruptura: a ordem de despejo	50
3.3.2. Crise crescente: ameaças de despejo e negociações.....	52
3.3.3. Ação Corretiva: a remoção	59
3.3.4. Reintegração: a nova moradia.....	68
4. A COPA E A CIDADE.....	80
4.1. Planejamento urbano na era da globalização e os megaeventos	80
4.2. Megaeventos e alguns impactos socioespaciais	87
CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

INTRODUÇÃO

Em 30 de outubro de 2007, a Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA ratificou o candidato-único Brasil como país sede da Copa do Mundo da FIFA de 2014¹. Realizada a cada quatro anos desde 1930², a Copa do Mundo é um torneio internacional de futebol masculino promovido pela FIFA, instituição internacional com sede em Zurique e que conta com 208 membros associados, entre países e territórios não-soberanos. O Brasil é o único membro que participou de todas as edições da Copa e é também o maior vencedor – cinco vezes campeão.

A nomeação do Brasil como país-sede da Copa do Mundo da FIFA de 2014 foi motivo de grande comoção pública no país. Desde então, o tema tem sido cada vez mais presente na mídia e em discussões públicas em geral. Um dos principais motivos desta atenção pública ao tema são as obras - previstas ou já em curso - em preparação para o evento. Essas diversas obras de infraestrutura turística, esportiva, viária, etc. compreendem megaprojetos de intervenção pública urbana, financiados em 98,5% dos seus custos pelo Estado³ e com apertado prazo final de conclusão – 2013. Neste ano, o país sediará a Copa das Confederações da FIFA, uma prévia em menor escala do evento de 2014.

A visibilidade internacional sobre a Copa do Mundo da FIFA é enorme, sendo expressa em sua ampla cobertura midiática. Os jogos da Copa do Mundo da FIFA de 2002 no Japão e Coreia do Sul, por exemplo, ofereceram mais de 41 mil horas de programação televisiva em 213 países e produziram uma audiência cumulativa estimada em 28,8 bilhões de telespectadores (Madrigal *et al.*, 2005, p. 182 *apud* Horne; Manzenreiter,

¹ Ver, por exemplo: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u341044.shtml>. Acesso em: 14 jun. 2011.

² Excepcionalmente em 1942 e 1946 o campeonato não foi realizado, devido à Segunda Guerra Mundial.

³ Segundo levantamento do Tribunal de Contas da União feito em 2010 sobre os então previstos R\$ 23 bilhões. Ver: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110530/not_imp725578,0.php. Acesso em: 14 jun. 2011.

2006). Por este e outros motivos⁴, a Copa do Mundo da FIFA é considerada um exemplo emblemático de evento global ou do que se tem chamado de *megaevento*.

Os megaeventos têm sido definidos de diversas formas. Para Seixas (2010, p. 6), megaeventos

são eventos culturais ou desportivos de âmbito internacional ou mesmo planetário, ações coletivas e efêmeras que comportam status simbólicos e escalas espaciais e temporais muito significativas. [...] Têm se colocado como uma das mais relevantes linhas de exaltação e de demonstração de hegemonia e de poder político-econômico e cultural das nações e das cidades mais dominantes do planeta.

Já Roche (2000, p. 1 *apud* Horne; Manzenreiter, 2006) entende que megaeventos são “eventos culturais (incluindo os comerciais e esportivos) de larga-escala que têm um caráter dramático, apelo popular de massa e significância internacional”⁵. Para o autor, além da ampla cobertura mediática que recebem, uma das características centrais de megaeventos contemporâneos é que eles são considerados significativamente impactantes para a cidade, região ou país em que eles ocorrem.

Esta característica central é provavelmente a principal motivadora do atual interesse das ciências sociais sobre a questão⁶. Vários autores têm se debruçado sobre os diversos tipos de impactos dos megaeventos. O impacto que abordo neste trabalho – e talvez o impacto mais marcante - é o impacto sobre a moradia local, em particular a moradia de populações pobres. Devido à demanda de espaço, muitas obras em preparação ao sedimento do evento promovem a remoção de casas e prédios ou até bairros inteiros. De forma semelhante, a alta visibilidade mundial dos megaeventos também pode motivar projetos de regeneração urbana em molde da imagem da cidade a

⁴ Outro motivo apontado por Horne e Manzenreiter (2006) refere-se às transações comerciais internacionais ao redor do evento, que envolvem enormes somas monetárias e a participação de várias empresas globais como patrocinadoras, a exemplo das seguintes: Coca-Cola, McDonalds e MasterCard.

⁵ Tradução minha. No original: “large-scale cultural (including commercial and sporting) events, which have a dramatic character, mass popular appeal and international significance”.

⁶ Certamente, outros aspectos envolvidos nos megaeventos também têm sido de interesse das ciências sociais contemporâneas, como listam Horne e Manzenreiter (2006) em algumas palavras-chave: relações de poder entre Estados-nação, globalização, fluxos internacionais de capital, governança global, produção de ideologias culturais, etc.

ser divulgada. Estes projetos resultam na remoção de elementos possivelmente danosos à imagem desejada, como são considerados muitas vezes os pobres urbanos.

Tal tendência é especialmente potencializada nas cidades onde a miséria urbana é dominante. A Copa do Mundo da FIFA África do Sul 2010, por exemplo, implicou na remoção de milhares de pobres nas cidades-sede, como mostram Ley (2010) e várias notícias de imprensa⁷. No Brasil pré-2014, é difícil ainda traçar um panorama dos impactos socioespaciais - ou destes especificamente na moradia - devido à atualidade ou ainda incipiência das obras. Ainda assim, várias denúncias de remoções relacionadas a obras de regeneração urbana sinalizam que a mesma tendência também será visível no país⁸. Algumas previsões falam na remoção de 65 mil pessoas⁹. A maioria destas são moradores de bairros pobres ou favelas.

O problema da moradia, representado em sua mais marcante faceta pelas favelas, é latente desde o início da urbanização brasileira. Orquestradas por um planejamento urbano modernista, as incipientes grandes cidades brasileiras não incorporaram os pobres em seu espaço formal e planejado, o que é ainda hoje claramente visível em sua paisagem urbana.

Tal paisagem é característica de todas as cidades que sediarão a Copa do Mundo da FIFA 2014. Não obstante, seu desenvolvimento urbano não é mais orquestrado por concepções modernistas funcionalistas de planejamento urbano. Acompanhando tendências globais de empresariamento ou empreendedorização da gestão urbana, o modelo de planejamento urbano em voga hoje em muitas metrópoles brasileiras tem sido

⁷ Ver, por exemplo: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/06/10/AR2010061002060.html>. Acesso em: 14 jun. 2011.

⁸ Tais denúncias têm retratado principalmente os casos de remoções no Rio de Janeiro, cidade-sede também das Olimpíadas 2016. Ver, por exemplo: http://www.elpais.com/articulo/internacional/cara/sombria/Brasil/elpepuint/20110519elpepuint_14/Tes_e http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=1031. Acesso em: 14 jun. 2011.

⁹ Ver: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110522/not_imp722491,0.php. Acesso em: 14 jun. 2011.

o planejamento estratégico. Amparado pelo instrumento do *city marketing*, este novo planejamento busca construir uma imagem de cidade atrativa ao mercado global e, assim, atrair fluxos de capital. Nesse sentido, o megaevento de 2014 significa para gestores-empresários e neoplanejadores urbanos brasileiros a grande oportunidade de divulgação desta imagem.

Este trabalho busca apreender tal cenário em Belo Horizonte, uma das principais cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA 2014. Para tal, teço, ancorado em observação etnográfica e entrevistas, um estudo de caso detalhado sobre a Vila Recanto UFMG e sua atual remoção. Construída informalmente pelos seus próprios moradores em terreno abandonado a partir dos anos 1990, a Vila é sintoma do problema da moradia em Belo Horizonte e reflete as conseqüências do planejamento urbano modernista excludente, como mostro em reconstrução de sua história.

A partir principalmente do ano 2000, moradores da Vila Recanto UFMG, antiga proprietária do terreno e poder público travam um conflito em torno da legítima ocupação e organização daquele espaço. Nesse sentido, compartilho da visão de Harvey (1989b, p. 5), que afirma que “o poder para organizar o espaço resulta de todo um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais. É um processo conflitivo, ainda mais em espaços ecológicos de uma densidade social altamente variada”¹⁰. Foco-me então em uma análise do conflito em torno da Vila Recanto UFMG, desde o momento de ruptura instauradora do conflito até hoje, quando já se têm sinais de sua resolução, através da remoção de seus moradores. Hoje, o espaço anteriormente ocupado por estes moradores está sendo transformado por uma obra viária justificada pelo megaevento de 2014.

Como a análise do conflito em questão permite concluir, intervenções públicas urbanas ligadas a megaeventos podem implicar impactos para a moradia de populações pobres, explicitados em seu aspecto mais grave na remoção de favelas e, de maneira

¹⁰ Tradução minha. No original: “the power to organise space derives from a whole complex of forces mobilised by diverse social agents. It is a conflictual process, the more so in the ecological spaces of highly variegated social density”.

geral, confluindo com uma tendência de periferização da pobreza. Apropriados por ferramentas empreendedoras de gestão e planejamento urbanos como uma oportunidade única para divulgar a cidade, megaeventos impulsionam megaprojetos de regeneração urbana (embelezadora e infraestrutural), o que recorrentemente vai em contra moradias e grupos sociais tidos como prejudiciais à imagem ideal de cidade.

Em suma, busco neste trabalho elucidar alguns impactos locais – materializados no caso da Vila Recanto UFMG – de tendências globais de um padrão de desenvolvimento urbano potencializado por um evento global: a Copa do Mundo da FIFA 2014.

Após esta introdução, este trabalho segue dividido em cinco partes. Na próxima, discorro sobre as condições da pesquisa de campo e indico a metodologia aqui utilizada. No segundo tópico, apresento inicialmente um resgate histórico sobre Belo Horizonte e a região da Pampulha, evidenciando seu planejamento urbano modernista funcionalista e suas conseqüências para a questão da moradia. Em seguida, o resgate histórico foca na Vila Recanto UFMG, baseando-se nas entrevistas com seus moradores.

No terceiro tópico, abordo o drama social em torno da Vila Recanto UFMG, apresentado pelo processo de sua remoção. Antes disso, teço uma breve introdução contextual ao conflito em que apresento algumas considerações sobre as obras da Copa do Mundo em Belo Horizonte e sobre a dinâmica imobiliária na região em torno da Vila Recanto UFMG.

No quarto tópico, busco analisar o que foi apresentado nos tópicos anteriores à luz de teorias sociológicas, urbanas e urbanísticas. Para tanto, divido o quarto tópico em duas seções. Na primeira, trato de desenvolvimentos recentes no campo da gestão urbana e de como novos princípios e visões de cidade imbricam tanto na busca do sedimento de megaeventos quanto no norteamento das intervenções urbanísticas em preparação a megaeventos. Na segunda seção, discorro sobre os impactos dos megaeventos na moradia de populações socialmente vulneráveis.

Por fim, à luz do caso da Vila Recanto UFMG, traço breves considerações finais sobre megaeventos, planejamento e desenvolvimento urbanos, e implicações na questão da moradia e das favelas.

1. NOTAS METODOLÓGICAS

Por ser o primeiro caso de comunidade inteiramente removida no contexto da preparação para a Copa do Mundo da FIFA 2014 em Belo Horizonte, o caso da Vila Recanto UFMG é um exemplo emblemático dos processos de transformação urbana em tal contexto. Em elucidação a esses processos e a alguns impactos locais do megaevento em questão, busco analisar o conflito em torno da remoção da Vila Recanto UFMG.

Para tal, utilizo a metodologia proposta por Van Velsen (2010) de análise situacional ou estudo de caso detalhado. Como um método de análise sequencial de situações sociais, a análise situacional põe em ênfase a dimensão do conflito e focaliza os *atores*, o *lugar* e o *tempo*, apreendendo, assim, “processos, ações e sequências de desenvolvimento em contextos específicos” (Feldman-Bianco, 2010, p. 49). Dessa forma, o conflito da remoção da Vila Recanto UFMG, para além de mera ilustração, é parte constituinte da análise dos processos sociais (Feldman-Bianco, 2010, p. 48). Afinal, como ressalta Victor Turner (2008, p. 3), o conflito parece fazer com que “aspectos fundamentais da sociedade, normalmente encobertos pelos costumes e hábitos do trato diário, ganhem uma assustadora proeminência.” Para Turner (2008), conflitos são como “dramas sociais”, podendo ser observáveis em sequências de eventos sociais – ideia que conflui com a visão teórico-metodológica de Van Velsen (2010). Ao apresentar uma reconstrução história e sequencial do conflito em enfoque, utilizo esta metáfora de drama social proposta por Turner (2008), como explico mais adiante.

Além da observação etnográfica, a análise situacional proposta por Van Velsen (2010) implica o uso de outras fontes para uma reconstrução histórica do processo do conflito para além do período observado. Para o autor (2010, p. 465), como corolário da análise situacional “deve-se documentar o máximo que for possível sobre o contexto geral – os casos devem ser apresentados situacionalmente – e os atores devem ser especificados.”

Tal preocupação em apreensão do contexto é ainda mais relevante hoje, cinco décadas após a primeira publicação do trabalho de Van Velsen. Como lembra Marcus

(1991), para além de uma análise centrada em uma localidade, a etnografia precisa procurar atender um ponto de vista global se quiser compreender a (pós-)modernidade. Nesse sentido, a tentativa deste trabalho de apreensão do contexto provavelmente extrapola o proposto por Van Velsen (2010), já que cada vez mais - e como evidente no caso analisado - o contexto é marcado por processos globais.

Assim, a análise situacional aqui apresentada foi construída a partir de diversas fontes. A observação etnográfica se deu principalmente nas ocasiões de visita à Vila Recanto UFMG, onde entrevistei alguns moradores. A partir da memória destes moradores foi possível reconstituir a história da Vila e do processo do conflito e, assim, de perceber como este processo foi e é vivido por estes atores.

Minha inserção à Vila Recanto UFMG se deu através de um colega e membro do Programa Pólos de Cidadania¹¹ que havia assessorado os moradores da Vila. Através dele, entrei em contato com Ana, antiga moradora e uma das lideranças políticas da comunidade. Por escolha minha, o nome Ana é fictício, assim como os demais nomes de entrevistados apresentados neste trabalho, para resguardo de sua identidade.

Ao visitar a Vila Recanto UFMG pela primeira vez em um domingo de abril, fui recebido por Ana, como havíamos combinado por telefone. A princípio, faria naquele dia uma entrevista apenas com ela. Porém, mal sabia eu do tamanho da expectativa criada em torno da visita do “estudante da UFMG que queria escrever sobre a história da Vila Recanto UFMG”, como contou Ana – liderança comunitária – para vários de seus vizinhos. Assim, nesse mesmo dia, ao andar comigo por toda a vila, Ana me apresentou a vários moradores que também queriam ser entrevistados.

Nesta e nas próximas visitas, foram compilados relatos de dez moradores, por vezes acompanhados de membros da família. Destes, cinco participaram de entrevistas semi-

¹¹ O Pólos de Cidadania é um programa com sede na Faculdade de Direito da UFMG que atua com atividades de ensino, pesquisa e extensão junto a vilas e favelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (além de comunidades do Vale do Jequitinhonha/MG). Sob o objetivo de promover a inclusão e a emancipação dos moradores destas áreas, o programa os oferece, além de várias outras ações, assessoria jurídica e política.

estruturadas, ao passo que cinco moradoras, muito solícitas quanto à minha pesquisa ainda na primeira visita, formaram uma longa roda de discussão mediada a partir de minhas perguntas, em uma espécie de entrevista coletiva.¹² Algumas das entrevistas foram realizadas nas casas dos entrevistados, outras - entre elas a coletiva - no principal espaço público de convivência da Vila: o beco.

Ressalto aqui que, em nenhum momento, mencionei a Copa do Mundo, já que não queria interferir no modo como os moradores enxergavam o processo de remoção e a quem ou ao que atribuíam a causalidade deste processo. De fato, ainda que se pudesse dizer que muitos foram os atores que implicariam na remoção, a Copa ou, como disse uma moradora, “uma bola que vai rolar um mês” foi espontaneamente mencionada, ao lado da Prefeitura, como a principal responsável. Como deveria esperar, as entrevistas dos moradores foram do início ao fim marcadas por reclamações quanto ao processo de remoção – o que também dá pistas sobre a expectativa criada em torno de minha presença.¹³ As entrevistas abordaram todo o processo do conflito, mas, inicialmente, também abordaram questões que não envolvem necessariamente o processo de remoção, reconstituindo a história da Vila Recanto UFMG e da chegada de cada morador entrevistado à Vila.

Ademais, foram feitas entrevistas semi-estruturadas com outros atores que tiveram alguma atuação no processo de ocupação da Vila ou no processo do conflito; foram eles: um advogado do Serviço de Atendimento Jurídico (SAJ) da PUC, um membro do Pólos e uma assistente social da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte. Também consultei vários documentos impressos, como notícias, reportagens, site da Pre-

¹² Em outra experiência como entrevistador com moradores de uma favela, percebi que, dada as circunstâncias do local das entrevistas e da própria forma como o pesquisador possivelmente é ali recebido, entrevistas individuais são dificilmente realizáveis em tais comunidades. Por outro lado, entrevistas coletivas podem ser muito (talvez até mais) interessantes, ainda que requeiram maior cuidado e atenção por parte do entrevistador, tanto na execução quanto na análise.

¹³ Como lembra Regina Weber (1996), é comum, no caso de entrevistas com pessoas de camadas desprivilegiadas, que estas passem a ver no pesquisador uma espécie de “figura redentora” ou “representante das autoridades” que poderá “aliviá-los das difíceis condições de vida”. Nesse sentido, ao me apresentar e ao apresentar o objetivo de pesquisa, procurei sempre evitar este tipo de expectativa.

feitura, registros judiciais e relatórios da Pastoral de Rua, de ONGs e órgãos ligados à ONU. Observei igualmente eventos em que órgãos do poder público palestraram sobre questões de habitação e sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014, como no “Seminário Copa Sustentável” e no “I Congresso Mineiro de Direito Urbanístico”. Neste, tive a oportunidade de registrar um momento de embate entre moradores da Vila e o presidente do órgão responsável pela viabilização de sua remoção, a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - Urbel. Por último, mas não por isso menos importante, tenho observado e participado das reuniões do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa de Belo Horizonte – CPAC-BH, um fórum de discussão e mobilização política com reuniões periódicas envolvendo pessoas de diversas organizações científicas, sociais e políticas. Como representante do CPAC-BH, participei ainda da “Plenária sobre os Megaeventos Esportivos, seus impactos sobre as comunidades e estratégias de ação para as 12 cidades atingidas”, realizada no Rio de Janeiro em março e que me serviu também como grande fonte de inspiração teórica diante das discussões lá realizadas.

Como parte integrante da análise situacional aqui construída, todos esses dados são descritos ao longo deste trabalho. Compartilho da opinião de Van Velsen (2010, p. 454-455) quando afirma que a clara apresentação do material de campo no texto final proporciona ao leitor melhores condições para avaliar tanto a análise científico-social como o processo de pesquisa e a argumentação do autor. Nesse sentido e buscando também explicitar o caráter intersubjetivo das entrevistas¹⁴, optei por reproduzir de maneira mais extensa trechos dos relatos e entrevistas.

Em complementação contextual e teórica à abordagem aqui apresentada, fundamento a análise dos dados à luz de teorias urbanas e das ciências sociais em geral. Dessa forma, procuro evitar o que Bourdieu (2008, p. 164) chama de “efeito cinematográfico”,

¹⁴ Apesar desta preocupação não ser levantada desta forma pela abordagem de Van Velsen (2010), valorizo a problematização de tal questão em debates contemporâneos decorrentes do questionamento à autoridade etnográfica bem como do desenvolvimento de um paradigma interpretativista na antropologia (Clifford, 1998). Ainda que a abordagem teórico-metodológica aqui utilizada não se enquadre neste paradigma – e ainda que eu não pretenda anular minha autoridade enquanto produtor/escritor deste trabalho -, espero que as reproduções de trechos de entrevistas possam representar ou ao menos ilustrar, nos termos de Clifford (1998, p. 46), o “dar-e-receber intersubjetivo do trabalho de campo.”

decorrente do privilégio antropológico ao presente e visível que, enfocando assim o lugar, deixa de perceber o contexto social (ou posição no espaço social) mais amplo no qual aqueles agentes estudados se inserem. Da mesma forma, e a partir também da comparação de dados internacionais, procuro articular a dimensão local – da Vila Recanto UFMG – com a global, mostrando como processos da segunda interagem com a primeira.

2. BELO HORIZONTE E A VILA RECANTO UFMG

“As casas perdidas nas ruas. O silêncio. Os bondes. Lá um na vida, outro na morte. (...) E as ruas vazias. As enormes ruas vazias, pelas quais passava, ainda, o eco de nabuco, a perguntar a João Pinheiro, quase chegando ao Palácio da Liberdade: - ‘Quando começa a cidade?’”

Tristão de Ataíde, 1959

2.1. Da cidade planejada ao não planejado

Idealizada como a nova capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte carrega o título de primeira cidade planejada do Brasil. Em 1893, determinou-se no Congresso Mineiro que a sede da nova capital deveria deixar Ouro Preto e se instalar na região do Curral Del Rey. No mesmo ano, escolheu-se Aarão Reis, engenheiro-arquiteto urbanista, como presidente da Comissão Construtora da Nova Capital. Quatro anos mais tarde, em 12 de dezembro de 1897, era inaugurada, na Praça da Liberdade, a Cidade de Minas, redenominada, em 1901, Belo Horizonte (Bontempo, 2006).

Em um distanciamento em relação à antiga capital - a já pequena Ouro Preto espacialmente confinada entre montanhas e marcada pelo passado colonial -, a nova capital de Minas foi concebida em inovadores parâmetros urbanísticos do final do século XIX. Ditado pelo racionalismo científico-instrumental, seu plano de construção priorizou aspectos técnicos e de infraestrutura, como saneamento e circulação (Guimarães, 1993 *apud* Motta, 2009), e previa um traçado composto por avenidas largas e retas, sinal da busca do moderno, do “higiênico” e do contraste com Ouro Preto (Cherem; Aguiar, 2010). Assim, o Estado promoveria a construção de uma nova capital em conformidade com os valores da recém criada república, sintetizados no lema positivista da bandeira republicana “ordem e progresso”, e também em conformidade com os interesses políticos regionais, que queriam um centro político com localização mais estratégica e agregadora, diferente da antiga capital, cuja esfera de influência política-cultural se limitava à região das minas (Cherem; Aguiar, 2010; Costa, 1994).

Aarão Reis, o autor do projeto urbanístico da nova capital mineira¹⁵, tinha como espe-
lho o traçado urbanístico de Washington, a também planejada capital estadunidense, e
reforma de Paris promovida pelo barão Georges-Eugène Haussmann entre os anos
1852 e 1870. Tendo como motivação um maior controle social frente às potentes barri-
cadas populares que se formavam nas ruelas medievais parisienses, a reforma de
Haussmann, apoiada pelo imperador Napoleão III, refez o traçado viário do centro de
Paris, implantando um sistema funcional de largas avenidas monumentais. Esta refor-
ma resultou no encarecimento do custo da moradia, o que levou à expulsão das clas-
ses trabalhadores para os *quartiers* mais distantes e não-reformados¹⁶ (Davis, 2006;
Pinon, 2002).

No projeto de Belo Horizonte, o traçado viário *hausmanniano*, simétrico e com rígidas
exigências urbanísticas, ditou toda a área circunscrita pela avenida 17 de Dezembro
(hoje Avenida do Contorno). Esta área era denominada “área urbana”, sendo destinada
aos prédios e espaços públicos e às residências dos funcionários públicos (ver área em
laranja na Figura 2). O restante da cidade foi dividido em duas áreas: semi-urbana e
rural. A primeira, pensada como uma região residencial de segunda categoria, tinha
padrões urbanísticos mais flexíveis. Já a segunda, periférica, funcionaria como um “cin-
turão verde” (Motta, 2009; Costa, 1994).

¹⁵ Maricato (2003, p. 145) chama este tipo de urbanismo pelo qual Belo Horizonte foi criada de “urbanis-
mo de autor”. No Brasil, Goiânia e Brasília são outros exemplos.

¹⁶ A reforma hausmanniana também foi inspiração para a reforma Pereira Passos de 1903 no Rio de
Janeiro, conhecida popularmente à época como “bota-abaixo” (Maricato, 2003).

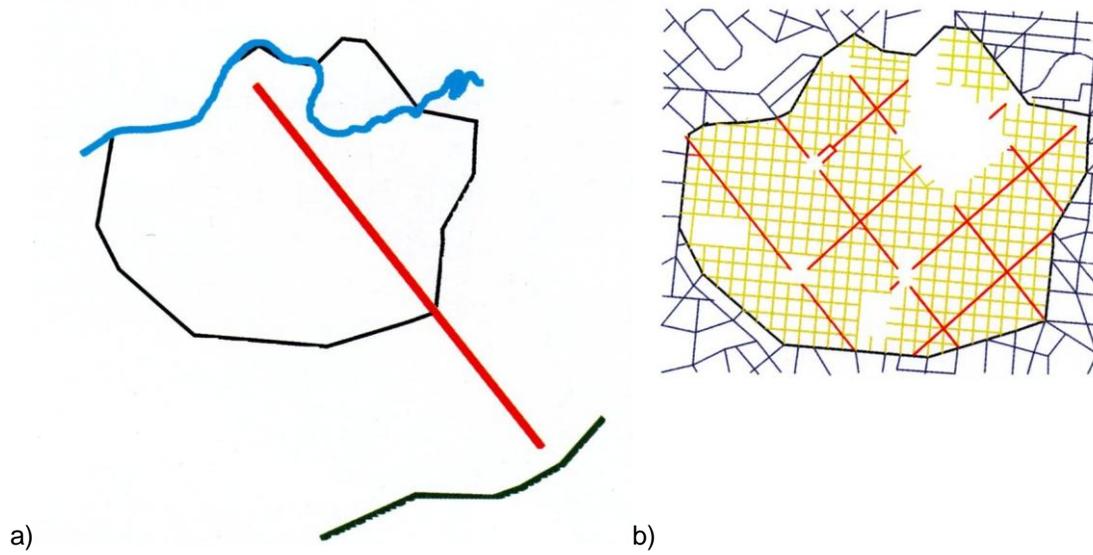
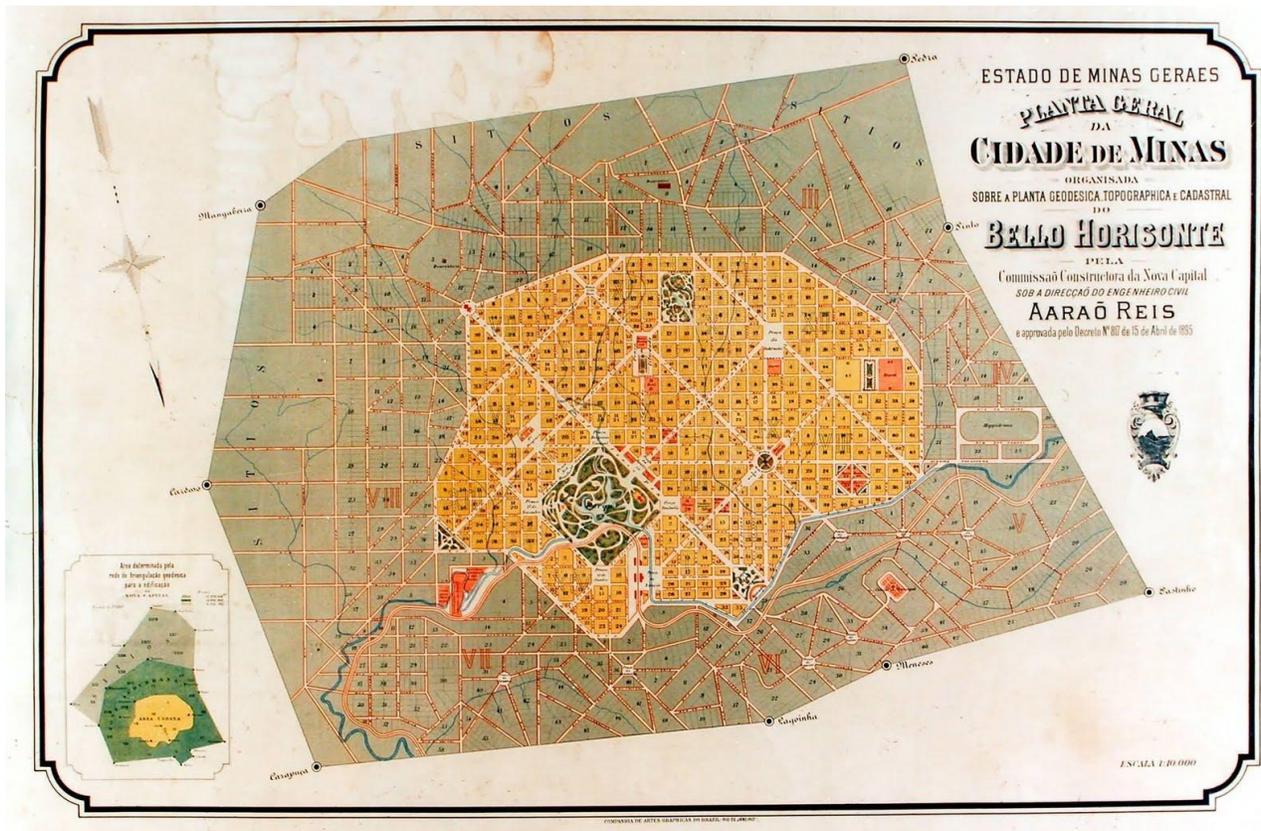


FIGURA 1 – Traçados de Belo Horizonte: a) Avenida do Contorno (circular), Avenida Afonso Pena (reta), o rio ao Norte e a serra ao Sul; b) traçado da malha viária interna e imediatamente externa à Av. do Contorno. Fonte: Teixeira, 1999, p. 76



Nesse sentido, Belo Horizonte é um típico exemplo do urbanismo moderno brasileiro. Ao caracterizar este urbanismo, Maricato (2003, p. 137) lembra que, entre 1875 e 1906, a elite brasileira tinha condições hegemônicas para debater entre si o plano de obras urbanas a ser implantado, a partir do projeto urbano por ela concebido. Nesse mesmo viés elitista, ainda nas décadas de 1930 e 1940 são implantados planos de embelezamento, nos quais se preocupava também com a infraestrutura urbana, em especial, circulação e saneamento. Como afirma Villaça (1999, p. 193 *apud* Maricato, 2003), “foi sobre a égide do embelezamento que nasceu o planejamento urbano brasileiro.”

Embora tivesse a intenção de servir ao “projeto de superação do subdesenvolvimento do país”, a arquitetura moderna brasileira tentou ignorar as contradições sociais existentes (Maricato, 2003, p. 145). Assim, o projeto da nova capital mineira não levava em conta uma área de moradia acessível à população pobre. Como ressalta Guimarães (1992, *apud* Motta, 2009), já no período de construção de Belo Horizonte, o grande fluxo de pessoas atraídas pela procura de mão-de-obra surpreendeu o planejamento de Aarão Reis, resultando na ocupação informal de duas áreas: Córrego do Leitão, localizada na área urbana, e Alto da Estação (ver Figura 4), na área sub-urbana, que chegaram a abrigar três mil pessoas ao todo. Segundo Motta (2009, p. 21),

A despeito de ter sido planejada para ser modelo de higiene, limpeza, beleza e modernidade, Belo Horizonte teve de se haver, desde a sua construção, com questões que emergiram da lógica excludente de seu próprio projeto. Já em 1902, na tentativa de controlar e evitar que os operários e pobres ocupassem a área urbana, a Prefeitura cria a Área Operária¹⁷ e realiza as primeiras remoções de favelas em Belo Horizonte.

¹⁷ De acordo com Costa (1994, p. 54), tais vilas operárias eram um “espaço de cidadania concedida e controlada, onde, para ser e continuar sendo morador, era preciso comprovação de bom comportamento e educação sanitária.”



FIGURA 4 - Pintura em representação da ocupação Alto da Estação. Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Cidade de Minas - Acervo Público da Cidade de Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/index.php>. Acesso em: 04 maio 2011.

Nesse contexto, ainda antes da criação da Área Operária, as palavras do prefeito de Belo Horizonte Bernardo Pinto Monteiro (gestão 1899-1902) em 1900 elucidam a forma como o poder público via a questão das ocupações informais à época:

A extinta Comissão Construtora teve necessidade de permitir que os operários estabelecessem na zona urbana grandes núcleos de cafuas, com a condição, que aliás não foi cumprida, de serem as mesmas demolidas, logo que para aqui se transferisse o governo. Com a maior prudência e critério já consegui remover todas quantas existiam, nesta cidade, menos uma Grande parte das do Córrego do Leitão (*apud* Borsagli, 2010).

Não obstante, grandes espaços da chamada “área urbana” continuavam vazios e ociosos, uma vez que os lotes nesta área, adquiríveis, em sua maioria, através de leilões públicos, eram muito caros e os padrões de construção muito rígidos (Afonso; Azevedo, 1988, *apud* Motta, 2009; Costa, 1994). Como afirma Le Ven (1977, *apud* Motta, 2009), em 1912 68% da população de Belo Horizonte vivia nas áreas sub-urbana e ru-

ral, enquanto 12.033 pessoas (32%) viviam na área urbana, projetada para até 30 mil pessoas. Isto exemplifica o caráter segregacionista do projeto de Aarão Reis, que já previa quais espaços poderiam ser ocupados por quais grupos sociais.

Assim, já em sua concepção urbanística incipiente, Belo Horizonte mostrava sinais de que o problema da falta de acesso à moradia para população de baixa renda e, conseqüentemente, a ilegalidade urbana estariam presentes em sua história. Como aponta Fernandes (2008), no excludente processo de urbanização brasileira, leis elitistas têm historicamente desconsiderado as realidades dos processos socioeconômicos de produção da moradia, exigindo – e Belo Horizonte é notável exemplo disso - padrões técnicos e urbanísticos inalcançáveis pelos grupos menos favorecidos. Dessa forma, acaba-se por reservar as áreas nobres e providas de infraestrutura às classes médias e altas, com mediação do mercado imobiliário, e condena-se os pobres à ilegalidade habitacional, única forma restante para se ter lugar na cidade (Fernandes, 2008; Jabace, 2010).

Com o resgate histórico que aqui apresento, vê-se também que a forma como o poder público encarou e em certa medida ainda encara a questão da moradia, marcada pela expulsão dos pobres para a periferia sem infraestrutura, já era notável, no caso de Belo Horizonte, em 1902, ano em que ocorrem as primeiras remoções forçadas de favelas. Como já mencionado, é exemplar o caso da remoção da ocupação Córrego do Leitão, localizada no interior da Avenida do Contorno. Portanto, embora já existissem habitações precárias nas áreas não-centrais antes de tal ano, a questão só ganha notoriedade e, por conseguinte, o conflito com o poder público só se instaurara quando favelas - o não-planejado - ocupam a área dita urbana, planejada para as elites.

Paula (2000, *apud* Cherem; Aguiar, 2010, p. 2), sintetiza:

[Belo Horizonte] é, de uma lado, o símbolo mais atualizado da arquitetura e do urbanismo modernistas, e de outro, a reposição do velho padrão excludente, à medida que o plano, a cidade planejada e higiênica, nascida da razão positivista e republicana de seus construtores, interditou o espaço urbano aos pobres, à presença popular.

2.2. A Pampulha

Até a década de 1920, Belo Horizonte teve um crescimento lento, em especial durante a I Guerra Mundial (1914-1918), período em que não se podia importar materiais de construção. Já no decorrer dos anos 1920 e, especialmente, nos anos 30 e 40, investimentos do governo e a instalação de várias indústrias propiciaram um grande impulso econômico à cidade, que foi acompanhado de um acentuado crescimento demográfico e espacial, em que se extrapolava, e muito, os limites da Avenida do Contorno (Costa, 1994; Bontempo, 2006). Se, por um lado, a “área urbana” ainda apresentava vazios imensos e que seguiam inacessíveis aos que não dispunham dos recursos financeiros exigidos, por outro, novas ocupações com pouca infraestrutura nas áreas semi-urbana e rural se acumulavam, para preocupação dos governantes (Silva, 1991 *apud* Bontempo, 2006).

Na busca de alternativas para a expansão urbana, a região da Pampulha, localizada no vetor Norte de Belo Horizonte, despertava o interesse dos gestores públicos. Por ser uma área de ocupação ainda espaçada e com muitas bacias fluviais, a Pampulha foi vislumbrada como uma opção adequada de expansão de Belo Horizonte, que, naquela época, apresentava um crônico problema de falta d’água, com a maioria de seus bairros contando apenas com chafarizes e cisternas. Assim, a região que até então era predominantemente rural, teve sua ocupação impulsionada a partir da gestão do prefeito Otacílio Negrão de Lima. Este promoveu a construção da barragem da Pampulha, inaugurada em 1938 e que serviria para o abastecimento da cidade (Bontempo, 2006).

Não obstante, o acelerado ritmo de crescimento populacional da capital mineira, assim como a falta de infraestrutura e o déficit habitacional continuaram a ser motivo de preocupação do poder público municipal. O projeto de Aarão Reis, que havia pensado a cidade para uma população de 150 mil a 200 mil habitantes nos próximos cem anos à sua inauguração, se mostra já ultrapassado pelo recenseamento de 1940: a população de residentes em Belo Horizonte alcançava então 210 mil (Silva, 1991; Bontempo, 2006).

Nesse contexto, Juscelino Kubitschek é eleito prefeito de Belo Horizonte. Considerado um homem de “visão empreendedora”, seu projeto político para a cidade foi marcado pela ideologia modernizadora, em sintonia com o projeto desenvolvimentista getulista para a nação brasileira. Buscando resgatar a imagem da nova capital de Minas em seus primórdios, Juscelino reafirmou a necessidade de Belo Horizonte ser uma cidade moderna. Por outro lado, o prefeito assumiu que o traçado original da cidade já não comportava o crescimento desordenado em curso, e elaborou um plano de obras urbanas. A Pampulha foi escolhida como principal meta de seu governo (Kubitschek, 1978 *apud* Bontempo, 2006).

No entanto, o projeto de Juscelino para a Pampulha não buscou, de fato, oferecer uma solução para o problema da moradia na cidade, chegando a recusar o projeto de um urbanista francês que havia concebido a Pampulha como uma cidade-satélite que reduziria o déficit habitacional de Belo Horizonte. Na verdade, a concepção de Juscelino, ainda gestada sob a égide do planejamento urbano embelezador, era notavelmente elitista. O próprio Juscelino afirmou que

o que pretendia construir ali era um recanto turístico. Qualquer coisa diferente de Belo Horizonte, capitalizando em benefício do plano a ser executado a beleza do cenário, com a formação de um grande lago artificial, rodeado de residências de luxo, com casas de diversões que se debruçassem sobre as águas (Kubitschek, 1978, p. 31 *apud* Bontempo, 2006).

Como ressalta Campos (1983), apesar do discurso populista de Juscelino Kubitschek, suas modificações urbanas inovadoras se deram motivadas por uma noção de progresso puramente classista. Nesse sentido, a ocupação da Pampulha, em evidência a esse segregacionismo classista, foi planejada e patrocinada pelo poder público para atender a classe alta, ou, nos termos de Monte-Mór (1994), para estimular a nascente burguesia industrial¹⁸. Assim, a orla da lagoa da Pampulha, em um projeto arquitetônico assinado por Oscar Niemeyer, recebeu ornamentos e monumentos para que se tornasse um atrativo da elite belo-horizontina: o Cassino (hoje Museu de Arte da Pampulha),

¹⁸ Monte-Mór (1994) observa que os novos bairros ricos (ou bairros de novos ricos) como a Pampulha proliferaram em toda a América Latina durante o período de industrialização da região. A construção de hipódromos e clubes recreativos em áreas periféricas do Rio de Janeiro e São Paulo, assim como os bairros San Isidoro, em Buenos Aires, e Miraflores, em Lima, são outros exemplos.

a Casa do Baile, o late Tênis Clube, além da Igreja de São Francisco de Assis. A avenida Pampulha, hoje Avenida Presidente Antônio Carlos foi construída para ser a principal via de acesso construída para chegar nesses locais, onde eram realizados eventos e festas para um seletos público.



FIGURA 5 - Foto da Avenida Presidente Antônio Carlos em 1950. Fonte: <http://mais.uol.com.br/view/e8h4xmy8lnu8/bh-antiga-0402983970C8A91327?types=A&>. Acesso em: 14 jun. 2011.

Além disso, já no final da década de 1940, foi incentivada a ocupação das proximidades da lagoa, onde surgiram bairros sofisticados, como Bandeirantes, São Luís, Braúnas e São José. O elitizado padrão de uso e ocupação do solo daquela região foi respaldado pelo decreto nº 2030 de 1947, que determinou que os lotes unifamiliares teriam, no mínimo, 20 metros de frente e 1.000 metros quadrados de área, além da “configuração adequada” a juízo da Prefeitura (Bontempo, 2006).

A partir de 1950, outras intervenções urbanas foram realizadas pelo poder público na região e proximidades, como a construção do campus da Universidade Federal de Minas Gerais, a BR 040, a Central de Abastecimento SA (CEASA), a Cidade Industrial e, já nos anos 60, a instalação do estádio Governador Magalhães Pinto – o “Mineirão” -, com capacidade para 130.000 torcedores. Isto, além do desenvolvimento da região

industrial de Contagem, favorece uma intensificação da ocupação na Pampulha e proximidades, com o surgimento de bairro mais populares.

Nas décadas de 1960 e 70, surgem as primeiras favelas na Pampulha, em áreas às margens de córregos, em um processo comum a várias cidades brasileiras que Rolnik (1997) chama de “urbanização de risco”. Vale ressaltar que, em todo o Brasil, neste período pós-64, os padrões de segregação socioespacial são reforçados e aprofundados, e proliferam-se as periferias pobres. No Brasil do “milagre” econômico, as lógicas hegemônicas do mercado de terras e da produção industrial passaram a imperar sobre o desenvolvimento urbano, em especial nas metrópoles em formação e explosão demográfica. Com um centro urbano cada vez mais fechado para os pobres, o processo de favelização e periferização é intensificado, o que é sentido em toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte (Costa, 1994; Monte-Mór, 1994; Bógus, 2007). Já a partir dos anos 1980, a introdução de legislações mais severas, a exemplo da lei federal de Parcelamento do Solo Urbano – 6766/79, aliada à conjuntura de crise econômica e elevação generalizada do preço da terra, entre outras razões, reduziu de modo drástico a produção de loteamento popular nas periferias (Costa, 1994). Por outro lado, as políticas urbanas de inclusão continuaram ineficazes, como sempre foram durante todo o período de urbanização brasileira, deixando à deriva a expressiva população que tem de se abrigar na informalidade (Carneiro *et al.*, 2011).

Assim, a formação urbana da Pampulha evidencia não só seu padrão urbanístico segregacionista em voga desde o início da ocupação patrocinada pelo poder público, como também a acumulada ineficácia das políticas públicas no enfrentamento da questão da moradia e da exclusão socioespacial.

Em levantamento mais recente, a regional Pampulha¹⁹ conta com uma população de mais de 140 mil habitantes, dispersos entre bairros mais tradicionais e elitizados até

¹⁹ A administração da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte é hoje subdividida em nove regionais; uma delas é a regional Pampulha.

ocupações mais recentes, com pouca infraestrutura. Entre seus 48 bairros, estão ao menos 14 vilas²⁰. Como o próprio site da Prefeitura Municipal afirma,

[e]m Belo Horizonte, a Pampulha é a região onde se observa mais claramente o contraste social. Embora seja uma região privilegiada que se destaca através do turismo ecológico, cultural e de lazer, há cinco áreas consideradas de risco que abrigam cerca de 20% da população da região.²¹

2.3. A Vila Recanto UFMG

Embora não tenha entrado na listagem oficial como um bairro da regional, a Vila Recanto UFMG, por vezes chamada simplesmente de Vila UFMG ou Recanto UFMG, e anteriormente “Antonio Carlos 7070”, localiza-se, como o antigo nome já diz, às margens da principal avenida da região da Pampulha, a Av. Presidente Antônio Carlos nº 7070, e, como o nome mais atual indica, em frente ao campus da Universidade Federal de Minas Gerais. Seu terreno possui área total de aproximadamente 4.196 m² e era ocupado anteriormente por uma concessionária de automóveis, que, ainda na primeira metade da década de 1990, faliu, deixando o terreno abandonado até a ocupação posterior pelos novos moradores. Inexistente nos registros históricos oficiais, a história da Vila remonta ao ano de 1995, quando chegaram os primeiros moradores em início à ocupação para moradia, como contaram estes em entrevistas. As fotos aéreas a seguir, tiradas em junho de 2009, mostram a Vila e seu entorno.

²⁰ Ver a relação de bairros em:

<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=26713&chPlc=26713&termos=regional%20pampulha>. Acesso em: 03 jun. 2011.

²¹ Disponível em:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=regionalpampulha&tax=6612&lang=pt_BR&pg=5484&taxp=0&. Acesso em: 25 abr. 2011.



FIGURA 6 – Vista aérea da Vila Recanto UFMG (sinalizada interna ao círculo vermelho) e seu entorno. Ao lado direito da Vila, a UFMG. Note a esquina entre as avenidas (Antonio Carlos e Abraão Caram).
Fonte: Google Earth. 14/06/2009.



FIGURA 7 – Vista área da Vila Recanto UFMG, sinalizada pelo círculo vermelho. Fonte: Google Earth. 14/06/2009.

Em 2009, a Vila Recanto UFMG já contava com 65 famílias. A origem de seus moradores é variada – muitos, em especial os primeiros, já foram moradores de rua; muitos outros se mudaram de outros bairros pobres e favelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, enquanto alguns poucos vieram de outros municípios e até de outros Estados. Em geral, os moradores adultos trabalham em empregos menos qualificados. No caso dos entrevistados, suas diferentes profissões (diarista, pedreiro, faxineira, catador de papel, etc.) são em geral exercidas na Pampulha ou região Norte de Belo Horizonte, ou mesmo no centro, de qualquer forma em locais a não mais de “um ônibus de distância”. As crianças, como enfatizaram várias vezes os entrevistados, freqüentam escolas

e creches próximas, como a creche da UFMG. Uma jovem moradora é também estudante universitária da UFMG.



FIGURA 8 – O beco da Vila Recanto UFMG, principal espaço público de socialização. 02/05/2011.

Para um resgate histórico, apresento em seguida alguns trechos de entrevistas realizadas com moradores da Vila Recanto UFMG para este trabalho, já que sua história é melhor contada em suas palavras. Ana, ex-moradora de rua e uma das lideranças comunitárias, relembra:

Eu: Como é que foi, como foi que vocês chegaram aqui?

Ana: bom... eu, propriamente, tenho 12 anos que eu me encontro nesse lugar aqui. Mas temos pessoas; temos um menino que foi nascido aqui, 14 anos que ele já reside aqui.

Antigamente (igual, nós estávamos relembando as histórias aqui, né), antigamente aqui era um lugar ocioso, vindo de uma concessionária que havia falido; aí nós viemos pra cá - ocupar, mas com destino de moradia.

Em conversa com casal (Fátima e João) que também participava da entrevista, também emergem relatos da constituição do Recanto UFMG:

Eu: [para Fátima e João] e vocês chegaram aqui também, como foi?

Fátima: Tem uns cinco anos já...

Eu: E antes de vir pra cá, vocês moravam onde?

Paulo: Morava de aluguel.

Eu: Também em BH?

Paulo: Santa Luzia.

Ana: E eu, já passei, já havia passado pelo processo da rua, vários anos pelas ruas da cidade. Aí a primeira desapropriação que me aconteceu foi quando, pelo primeiro projeto, o projeto Lagoinha, na época de... do Patrus Ananias, que era o prefeito da cidade. Então eu e minha família passamos pelo processo de ir pro albergue, pro abrigo Pompeia, e depois fomos reassentados lá no bairro São Lucas. Mas devido ao envolvimento que houve, né, de um dos meus filhos no meio da galera lá, porque.... Aí era preferível que nós saíssemos de lá com o restante da família não ficasse sobre risco, né? Aí fui lá pra debaixo do viaduto Castelo Branco, novamente, ali onde havia uma ocupação que o pessoal da ASMARE [Associação dos Catadores do Papel Papelão e Material Reaproveitável] havia ocupado, né... então eu fiz parte daquele processo lá. Aí começamos a vir junto com a Pastoral, fizemos um grupo e começamos a participar aqui das reuniões. Então foi um processo assim, que nós não fomos chegando e invadindo... passamos por todo esse processo com os moradores mais antigos que aqui se encontravam, aí eles nos acolheram, e... estamos na luta aí, há vários tempos (Fátima, Paulo e Ana, moradores da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Em entrevista com assistente social da Pastoral de Rua, a mesma explicou que a Pastoral entrou em contato com os primeiros moradores da ocupação ainda em março de 2001, promovendo uma aproximação entre este grupo e outras famílias moradoras de rua ligadas à ASMARE (como também relatou Ana), que também vieram a compor a ocupação. Entre agosto de 2002 e setembro de 2004, a Pastoral realizou junto com as então 15 famílias²² moradoras da Vila um “Diagnóstico Participativo Urbano”, composto

²² De acordo com o Diagnóstico Participativo Urbano, estas 15 famílias eram compostas por 38 pessoas, sendo 12 crianças e adolescentes nascidos em Belo Horizonte e 26 adultos, 15 do interior de Minas Gerais, um de São Paulo e dez de Belo Horizonte. Entre estes 26 adultos, cinco encontravam-se à época em situação de desemprego; os moradores restantes exerciam profissões que lhes rendiam, em média, um salário mínimo: catador de papel (cinco pessoas), diarista e doméstica, emprego na construção civil

por cerca de 100 reuniões, oficinas e celebrações com o objetivo de auto-(re)conhecimento enquanto grupo e comunidade. Ademais, a Pastoral auxiliou a Vila na luta pela conquista de ponto d'água²³ e de energia²⁴ e de coleta de lixo e na luta pela defesa moradia, promovendo a articulação com outros grupos e entidades (Polícia Militar, Copasa, Superintendência de Limpeza Urbana - SLU, Serviço de Atendimento Jurídico – SAJ da PUC, Prefeitura, etc).

Foi também durante este processo do “Diagnóstico” que, como relataram os entrevistados, o nome “Vila Recanto UFMG” foi escolhido pelos moradores. Embora a denominação “Antonio Carlos 7070” ainda seja usada, o nome “Vila Recanto UFMG” ou suas abreviações são os mais usados hoje, em especial durante os eventos ligados ao conflito. O termo “Vila” no nome é certamente uma alternativa à denominação “favela”, termo que carrega um forte estigma. Como se percebe nas entrevistas com os moradores, estes se sentiam discriminados, já que enfrentaram, ao longo da ocupação, diversas acusações da vizinhança no entorno e ameaças da polícia, associando-os a atividades criminosas na região. Do mesmo modo, a referência à UFMG no nome é também uma forma de criar uma imagem positiva sobre a Vila e de agregar capital simbólico à luta de afirmação do lugar. Ademais, “UFMG”, por ser a referência geográfica hegemônica da área, sinaliza a localização próxima da Vila. Apesar de a Vila estar à margem da Universidade, a referência no nome pode ser vista como uma tentativa de agregar o vizinho hegemônico, de respeitabilidade, formal e legalmente ocupado, na afirmação dos moradores da Vila enquanto legítimos e respeitáveis moradores daquele lugar. De acordo com assistente social da Pastoral de Rua, o nome foi proposto pela moradora Ana. Em posterior conversa por telefone, Ana explicou que pensou no termo

(cinco pessoas), cozinheira, etc. (PASTORAL DE RUA DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2004, p. 5-6).

²³ Após muita insistência dos moradores com a Copasa e da coleta de 170 assinaturas de apoio, liberou-se em setembro de 2002 um ponto de água na Vila. Um ano depois, liberou-se um padrão para cada família.

²⁴ O primeiro padrão de luz foi cedido por uma empresa de publicidade que usava parte da frente da Vila para seus outdoors.

“Recanto” já que a Vila é “um lugarzinho aconchegante, com moradia digna” e “um lugar de paz, onde podíamos iniciar uma nova história”. Já quando perguntada sobre a referência à UFMG, a resposta de Ana é mais reticente: isso se deu porque, para ela, muitos universitários que passavam pela Vila acabaram se tornando “grandes amigos” que também “acreditavam no sonho” dos moradores.

No seguinte trecho de entrevista, Ana comentou sobre a atuação da Pastoral na Vila e a escolha do nome, além de contar mais sobre sua história:

O que eu falo, dos 7070, aqui o que nós estamos ocupando, da Avenida Presidente Antonio Carlos sete mil e setenta, né? [...] Porque aqui antes, não havia nome, era 7070, agora, hoje o Recanto UFMG, que passamos por várias oficinas, né, pra escolha desses nomes, passamos por um diagnóstico urbano, né, pra ver o que nós envolvia aqui o entorno, o valor da percepção, que aqui era um lugar totalmente abandonado... que era um lugar onde a própria polícia militar chegava aqui sem um mínimo de respeito, invadindo, chutando as portas... até que tiveram conscientização que não, que aqui realmente existia um grupo de trabalhadores, que aqui não era mais aquele local onde que tudo que acontecia no entorno deveria ser procurado aqui. Porque, aos poucos, foram mudando essa visão sabe, de que aqui só existia marginais. Foi uma conquista grande pra toda essa comunidade. Depois, foram chegando mais pessoas, né, e a família foi crescendo. No passado, quando eu vim pra cá, aqui existiam, o quê? Umás seis famílias, pra hoje termos atingido um número de 65 famílias, porque, realmente... [...]. E a luta aqui foi com muito sacrifício de todos. Você pode perceber que aqui é uma comunidade que todo mundo se empenhou muito, dedicou todo o seu trabalho, o seu dinheirinho que tinha, às vez né, de uma aposentadoria, de um fundo, de uma reserva e investiu nesse sonho de ter uma morada digna, né?

Eu: E quando você chegou aqui, você já conhecia alguém, ou não?

Ana: Olha, conhecia sim, o [João], porque ele é um grande papaleiro, que, todas as manhãs, 3h, 4h da manhã ele sai pra fazer a apanha. Inclusive que, ele chegou agorinha mesmo, eu até falei com ele sobre sua vinda aqui, é uma pessoa que contribui muito com essa comunidade. Quando nós chegamos aqui, não existia água (tinha uma cisterna, mas essa cisterna era muito barrenta), a gente buscava água no aeroporto, punha um carrinho e íamos pro aeroporto pra gente buscar água pra ter condições de cozinhar e de bebermos. Não existia luz. Aí foi um processo - pra estar comprovando pra Cemig, né? - que nós conquistamos com muita luta com um abaixo-assinado, envolvendo toda essa galera bonita, maravilhosa da universidade que passava aqui e que nós pedíamos para dar um autógrafo e conseguimos que a Copasa viesse ligar água pra gente. A princípio, ela só podia liberar uma rede. Aí depois com a divisão dos lotes, que nós fizemos todo aquele processo de comprar arame, caibro, pra tar fazendo a divisão para que cada um de nós pudéssemos ter o nosso espaço, né, e assim sucessivamente foi se ampliando e cada dia a gente foi melhorando, né? O que acontece aqui com um, acontece com todos. É uma verdadeira união, igual estava falando aqui... vai ser coisa muito rara, a gente conseguir chegar em algum local... igual esse aqui não vai existir mais não, viu.

[Crianças correndo e brincando]

Ana: Essas crianças tudo nasceram aqui. Então, você vai percebendo sabe, vai doendo na gente, né (Ana, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Visivelmente consternados pelo processo de remoção forçada e pela perspectiva ainda incerta de reassentamento, a fala dos moradores, quando perguntados sobre a origem da Vila, é sempre permeada por reclamações quanto ao processo de mudança, além de referências às dificuldades de construção da casa e à valorização de sua moradia conquistada. Da mesma forma, em trechos posteriores da entrevista, em que não se perguntava mais sobre o nascimento da Vila, mas sim sobre o histórico do conflito, os moradores fazem muitas referências ao penoso processo de fixação de suas moradias no local, como no se nota no seguinte trecho, ainda em entrevista com Ana:

Ana: Aquela convivência que você tem, aquele vínculo familiar, de todo dia, aí chega o sistema e *pumba*: aí faz a separação. Acho que quando eles forem fazer essa ação, eles deveriam colocar um psicólogo, pra fazer o acompanhamento com essas famílias. Porque mexe muito com o emocional, mexe muito com a cabeça. Se a pessoa não tiver um bom equilíbrio, ela pira, ela pira mesmo. Tem dia que eu me pego aqui pelas madrugadas, olhando, agradecendo, vendo o desenvolvimento que foi, que antes aqui era só mato, né?

Eu: Quando você chegou aqui era só mato ainda?

Ana: Ih, meu filho, era só mato. Capinei um bom pedaço aí ainda. Então, quando você faz uma mudança brusca assim na vida do outro, deveriam preocupar mais também, porque a pessoa nossa, tem um abalo emocional muito grande (Ana, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Ainda na pergunta sobre a origem dos entrevistados e sobre a formação da Vila Recanto UFMG, destaca-se o seguinte trecho em entrevista coletiva:

Eu: [Sobre a chegada de vocês], como é que foi? Quando foi?

Joana: Eu, assim, eu vim pra cá, eu comprei de uma pessoa. Vim pra cá, era um lugar perto, um lugar que dava pro dinheiro comprar. Fui muito bem aceita, graças a Deus. [risos]. E aí que eu fiz minha vidinha, minha casa que eu nunca tive, minhas coisinhas.

Eu: E como você morava antes?

Joana: Morava de aluguel antes, era casada, marido tinha acabado de largar. E aí fui, graças a Deus, Deus me deu esse teto.

Eu: Era em BH?

Joana: Em BH. Só que mais longe. E agora nós tamo saindo de um lugar maravilhoso desse sem querer sair.

Eu: [para outras duas entrevistadas] Vocês também chegaram, foi quando?

Neide: Tem mais tempo.

Patrícia: Tem quanto tempo já que nós tamo aqui?

Ana: Seis a sete [anos], viu.

Joana: É uma luta. Cada um fez sua casinha, levantamo uma paredinha, colocamo janela. (Joana, Neide e Patrícia, moradoras da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Em especial a entrevistada Aparecida enfatiza o esforço de construção da sua casa:

Eu: Você chegou aqui quando?

Aparecida: Tem cinco anos. Se eu fizer pirraça e ficar aqui até 5 de maio vai fazer cinco anos.

[risos]

Aparecida: Eu vim aqui pro com a [Ana], um dia depois do aniversário do [meu neto], o [meu neto] faz no dia 4 de maio. Eu vim no dia 5, no dia 6, na segunda feira, tava chegando o material já. [...]. Ali na minha casa, eu amarrei a ferragem daquela casa toda, desde a fundação até no cimentamento. Naquela época era pesado, [Joana], vocês chegaram tava macioinho. Você punha meio metro de areia na rua, se você não tirasse, a Prefeitura vinha e levava ela embora. Então assim, o cara do depósito jogou 2m de areia, 2mil tijolo, 2m de brita, era 5h da tarde, eu e o [Fulano] começamos colocar pra dentro, [Ana] veio ajudar, nós colocamos 2 mil tijolos pra dentro, 2 m de areia, 2 de brita, nas costas. Eu, o [Fulano] e [Ana]. Pra não levar, pra não amanhecer do lado de fora. Saco de cimento, que é muito saco de cimento, a gente colocando, a gente tampando. Então assim, é muito sofrimento. Você vê, tudo que foi feito naquela casa, tudo, desde a fundação até do jeito que ela tá, foi eu trabalhando. Minha mão deu calo de sair sangue (Aparecida, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Em especial, os moradores mais antigos destacam as dificuldades “daquele tempo”, no começo da ocupação, e listam suas conquistas, como se percebe em entrevista com uma das primeiras moradoras, a seguir:

Eu: E onde você morava antes de vir pra cá, como é que era?

Carla: Eu morava com a minha mãe, aí nós viemos pra cá.

Eu: Aqui também em Belo Horizonte?

Carla: É. No hospital lá encima. Aí minha mãe pegou, eu vim pra cá morar aqui com o pai dos menino, nós invadiu, veio morar todo mundo [...]. Lá era casa da minha mãe, eu morava com minha mãe, eu e ele. Nós saimo de lá e invadiu aqui pra morar com os meninos. Não dava pra morar lá mais, com esse tanto de menino que eu tinha. Não dava mais. Que a última que nasceu é a de quatro, que nasceu aqui, então fica muito difícil, Thiago (Carla, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

E em outro trecho, continua, em diálogo com Ana:

Eu: E, [Carla], como é que foi aqui o começo? Como é que vocês chegaram aqui?

Carla: A gente chegou aqui era tudo mato, tudo lixo, né [Ana]? Você podia contar quantos morador que tinha aqui dentro aqui. Eu, [João], [cita mais três nomes]. Nós éramos cinco. [...]. Aí foi chegando a [Ana], foi chegando um por um, um por um, aí nós formou essa comunidade. Com certo tempo, foi chegando mais gente. Aí fez essa comunidade inteira. Aqui foi um lugar sempre bom, tudo mundo sempre conviveu com os outro. Né, no começo nós passou muito aperto, né [Ana]? A gente passou por muita luta. Tinha muito lixo, a gente convivia com muito... com muita coisa que não prestava aqui dentro. Quantas vezes a gente passou por dificuldade aqui dentro? As pessoas viam a gente como maloqueiro. Né? As pessoas tinham até medo de passar perto da gente aqui dentro, com medo de ser assaltado.²⁵ Pra gente conseguir escola, a gente teve que ir no conselho; pra pegar uma cesta regional, a gente teve que lutar pra conseguir uma cesta, eles não davam nem uma cesta pra gente aqui dentro. Eles tinham medo da gente aqui dentro. Posto? Nossa, a maior dificuldade pra conseguir um médico.

Ana: Não tinha o famoso comprovante de residência, né? [...] Então, pra gente conseguir ter acesso a uma cesta básica quando a gente ia na regional, foi uma luta. [...] Porque era o único comprovante que tinha quando liberaram a Copasa. Aí esse comprovante, ele rodava na mão de um por um que precisava, então a gente era visto como “os invasores”.

Carla: E água, né [Ana]? Nós pegava carrinho pra pegar as águas nas lata no posto de gasolina. A gente tinha uma cisterna, nós lavava água com a roupa da cisterna, pra tomar banho também. Muitos aqui não tinham nem fogão, cozinhava na lenha. Essa aqui foi uma [aponta para menina], essa que nasceu aqui dentro, essa de quatro, o menino de 14,e o resto. Então assim, foi muita luta mesmo. A gente enfrentou muito, muita...

Ana: Muitos preconceitos!

Carla: Nossa!

Ana: A polícia, chegava aqui...

Carla: Rebentava a porta da gente, de madrugada, não respeitava, não queria saber, se tinha um menino pequeno. Não queria nem saber. Arrebentava mesmo, batia na gente. Não queria nem saber, se tinha criança aqui. Então isso aí o prefeito não viu, né? Só viu o lado deles agora, né. Então. Assim escola, a creche... menino não podia ficar aqui dentro também não. Se ficasse aqui dentro, o conselho buscava.

Ana: Porque aqui era considerado como área de risco.

Carla: Maloca.

Ana: Aqui era considerado; antes de termos formado essa comunidade, tudo que acontecia em torno, era considerado que aqui que era o esconderijo dos bandidos. E você fazer essa mudança de visão, foi um processo lento. Mas hoje graças a deus, todos que passam aí na rua nos cumprimentam, trocam a maior ideia, oferecem, às vezes, as pes-

²⁵ A assistente social da Pastoral de Rua também comentou, em entrevista, que nos primeiros anos da ocupação, a área era insegura para os próprios moradores, pois ela era usada como esconderijo por usuários de drogas e ladrões, não só criando um problema de insegurança para os moradores – que também eram vítimas de furtos -, mas também criando um estigma para a comunidade.

soas que estão aqui sem um trabalho, elas vão nos apartamentos, fazem uma faxina. Então você vê que somos uma comunidade que temos muitas pessoas íntegras, sabe?

Carla: Com certeza. Então, assim, a gente passou muito aperto. O começo era muito difícil, agora melhorou muito, né [Ana]? Luz, também, pra vir colocar foi uma dificuldade. Água, o [João] colocou um padrão e aí todo mundo usava o padrão do [João], no começo, da água, depois. Aí cada um foi colocando os pedaços, né? Padrão pra cada um. Aí que a gente conseguiu muita coisa. Eu tou muito triste com o que eles tão fazendo com a gente...(Carla e Ana, moradoras da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

João, catador de papel e um dos primeiros moradores, já citado em alguns dos depoimentos anteriores, também foi entrevistado e contou, emocionado, sobre o começo da ocupação:

João: É, no início aqui era buscar água no poço, lá embaixo no aeroporto...

Eu: E aí, como é que foi, quando vocês chegaram aqui?

João: Eu quando cheguei aqui dentro só tinha três morador aqui dentro. Era o [marido de Carla], meu cumpadre que mora aqui do lado, [Fulana], que já foi embora, e a [Beltrana], que também já foi embora.

Eu: As duas foram embora agora?

João: Não, as duas tem anos que já foram embora.

Eu: E quando que vocês chegaram aqui?

João: Eu cheguei em 97.

Eu: 97?

João: 13 anos...

Eu: E você morava antes aqui em BH?

João: Morava [no bairro 1º de Maio], morava de aluguel... aí, negócio de ficar desempregado, né, aí as coisas foi apertando... aí o pessoal que eu encontrei foi aqui, na época tava vazio, né? Aí nós entramo aqui pra dentro, limpando tudo aqui dentro, aquela... isso aqui era um lixão danado aí... Aí nós fomos limpando e organizando, aí veio, veio a dona [Ana], mais uma outra turma lá de baixo também, aí nós fomos nos organizando aí aos pouquinho, até no que tá hoje, que eles tão demolindo tudo. Com muito sacrifício. Isso aqui, no início, ninguém dava nada pra gente, tudo de ruim no redor aí que acontecia, era tudo culpado era a gente. Com o tempo aí que foi... nós fomos ficando mais reconhecidos aí com ajuda da pastoral de rua, SAJ da PUC... Nós tivemos que colocar água aqui dentro, que não tinha. Cinco anos pra gente conseguir um padrão de água aqui pra dentro, na época pra 17 famílias. E depois, por último, a luz, que tem seis anos que eles, que a Cemig resolveu liberar luz aqui pra gente. E agora, na hora que tudo tá bão, todo mundo estabilizado, somos despejados por conta de um viaduto (João, morador da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

3. O CONFLITO

“Tudo por conta de quê? Por causa de uma bola, né?”

Fátima, moradora da Vila Recanto UFMG



FIGURA 9 – Placa na Av. Antonio Carlos sinaliza obras do futuro viaduto. Ao fundo, a Vila Recanto UFMG. 02/05/2011.

3.1. O(s) viaduto(s) e a Copa

O “viaduto”, citado em entrevista por João, um dos primeiros moradores da Vila Recanto UFMG, é um antigo projeto de obra da Prefeitura de Belo Horizonte, mas que só foi alavancado recentemente. Ele compõe uma das intervenções urbanas que deverão ser feitas em preparação da infraestrutura de Belo Horizonte para a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

A longa lista de exigências feitas pela FIFA inclui diversos aspectos, como: garantias gerais do governo do país sede - vistos de trabalho a todo o pessoal estrangeiro envolvido com a Copa do Mundo, isenção de taxas alfandegárias para todo o material relacionado ao evento, segurança, livre transferência de divisas, infraestrutura adequada

de transportes e telecomunicações -; o direito exclusivo da FIFA para a exploração comercial da Copa - publicidade, marketing, licenciamento, direitos de transmissão -; comprometimento do governo local e da federação de futebol do país com todos os gastos de infraestrutura²⁶; hospedagem e transporte para seleções de futebol, delegação da FIFA e imprensa; entre outros. As exigências da FIFA especificamente relacionadas aos estádios-sede também são várias²⁷. Por exemplo, há requisitos relacionados ao tamanho – de área gramada, da capacidade, etc. -, conforto – assentos numerados, áreas VIP (*Very Important People*) e VVIP (*Very Very Important People*) -, aos vestiários, aos espaços para mídia e para as chamadas áreas de hospitalidade (para os patrocinadores da FIFA). Requer-se também, no que se refere à localização dos estádios, que exista uma área livre ao redor dos estádios para estacionamento e que haja hotéis, centros comerciais e um aeroporto nas proximidades. Os estádios devem ser facilmente acessíveis e recomenda-se a oferta de meios de transporte de massa.

No presente ano, a três anos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, as doze cidades-sede deste megaevento - Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Brasília, Fortaleza, Manaus, Natal, Cuiabá e Recife - já iniciaram ou pretendem em breve iniciar diversas importantes intervenções urbanísticas. Estas compreendem não só a (re)construção de estádios e infraestrutura esportiva per se, mas também atendem as outras exigências da FIFA e têm o objetivo de preparar a cidade para o esperado grande fluxo de turistas domésticos e internacionais. Nesse sentido, obras aeroportuárias, viárias e de implantação de sistemas de transporte público – algumas delas antigos projetos mas que só agora saem da gaveta - estão previstas ou já em curso.

Dada sua dimensão, tais projetos e obras em preparação para esse megaevento esportivo têm ocupado lugar de destaque na mídia e em discussões envolvendo movi-

²⁶ Ver http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/261005/copa_lista.html. Acesso em: 01 maio 2011.

²⁷ Ver um resumo de tais exigências no *site* “Portal 2014”. Disponível em: <http://www.copa2014.org.br/noticias/1125/CONHECA+AS+EXIGENCIAS+DA+FIFA+PARA+OS+ESTADIOS+DA+COPA.html>. Acesso em: 01 maio 2011.

mentos sociais, diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, setores empresariais, ONGs, ministério público e até a academia. Em geral, a mídia tem focado as preocupações com relação ao cumprimento das exigências da FIFA e ao prazo das obras, especialmente as dos estádios e aeroportos²⁸. Por outro lado, os governos têm procurado acalmar a opinião pública, reafirmando o cumprimento dos prazos e prometendo agilidade e recursos. Em meados de março deste ano, a presidente Dilma Rousseff anunciou uma nova (e maior do que anterior) projeção de R\$33 bilhões em recursos federais gastos com as obras de infraestrutura para Copa²⁹.

Não obstante esta enorme soma de gastos e a importância de tais obras, órgãos da chamada sociedade civil e até a Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada denunciam a pouca transparência em relação aos projetos de intervenção urbana³⁰. Como observei em participação em plenária nacional sobre os impactos da Copa 2014 realizada em março de 2011 no Rio de Janeiro, representantes de várias cidades-sede frisaram as dificuldades de acesso às informações sobre os projetos e de comunicação com os poderes públicos locais e regionais responsáveis pela realização das obras. Como se constatou, em nenhuma das cidades-sede houve participação popular na concepção de tais projetos.

Em Belo Horizonte, a primeira iniciativa de divulgação dos projetos pró-Copa foi o evento “Seminário Copa Sustentável”, realizado em Belo Horizonte no dia 5 de abril de 2011 pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais

²⁸ Ver, por exemplo: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/05/no-fim-do-prazo-metade-dos-estadios-da-copa-2014-tem-obras-atrasadas.html> ou <http://correiodobrasil.com.br/prazo-para-comeco-de-obras-da-copa-de-2014-ja-acabou/164718/>. Acesso em: 01 maio 2011.

²⁹ Ver notícia em: <http://esporte.uol.com.br/futebol/copa-2014/ultimas-noticias/2011/03/15/dilma-fala-em-investimento-de-r-33-bi-para-copa-14-e-preve-330-mil-empregos.jhtm>. Acesso em: 01 maio 2011.

³⁰ Ver, por exemplo: http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=1031 e https://sys.jaiminho.com.br/html_version.php?CampaignID=2388&CampaignStatisticsID=1759&Demo=0&EncryptedMemberID=MTQ5MjcwNjUyOTY%3D&Email=ZmFyaWEucm9kbyU0MGdtYWIsLmNvbQ==. Acesso em: 30 maio 2011.

(Crea-MG), em uma parceria com o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). Essa iniciativa faz parte do projeto “Em campo” do sistema Crea/Confea, que pretendia realizar “audiências públicas” em todas as cidades-sede da Copa 2014 até junho de 2010. Conforme o *site* do Confea, tais audiências têm como objetivo “apresentar e discutir **o estado da arte** dos projetos e obras para a Copa de 2014³¹”. Como este objetivo posto pelo Confea pode sugerir, o “Seminário Copa Sustentável” em Belo Horizonte contou, de fato, com poucas intervenções da plateia. Em suma, o evento compreendeu uma série de apresentações de órgãos ligados ao poder público responsáveis pela realização das obras.

Durante o “Seminário Copa Sustentável”, no painel “mobilidade urbana”, um representante da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS) proferiu uma palestra em que apresentou os projetos de “melhoria da infraestrutura viária e transporte na capital” mineira. Em resumo, as intervenções de transporte público compreendem a instalação do sistema de transporte público chamado *Bus Rapid Transit* (BRT), composto basicamente por corredores exclusivos para ônibus, nas vias Av. Cristiano Machado, Av. Antonio Carlos, Av. Dom Pedro II. O BRT desta última será um corredor de ligação entre a área central e o aeroporto Carlos Prates, atualmente desativado, mas que pode ser utilizado para voos de executivos da FIFA, como se afirmou no Seminário. Já as intervenções viárias compreendem o alargamento da Av. Pedro I, reconstrução de vias (expansão do Boulevard Arrudas, conexão entre as Av. Antônio Carlos e Portugal) e a construção de novas vias (Via 210 – ligação Via do Minério/Av. Teresa Cristina -, Via 710 – ligação Av. Andradas e Cristiano Machado). Quase todas essas intervenções ainda estão em fase de licitação ou elaboração de projeto. A intervenção com obras em estágio mais avançado, e considerada “Meta 1” pela BHTRANS, é a de implementação dos viadutos de interseção entre as avenidas Antonio Carlos e Abraão Caram, principal via de acesso ao estádio de futebol Mineirão. Na apresentação, mostrou-se a seguinte imagem prospectiva:

³¹ Grifos meus. Disponível em: <http://www.confea.org.br/>. Acesso em: 02 maio 2011.

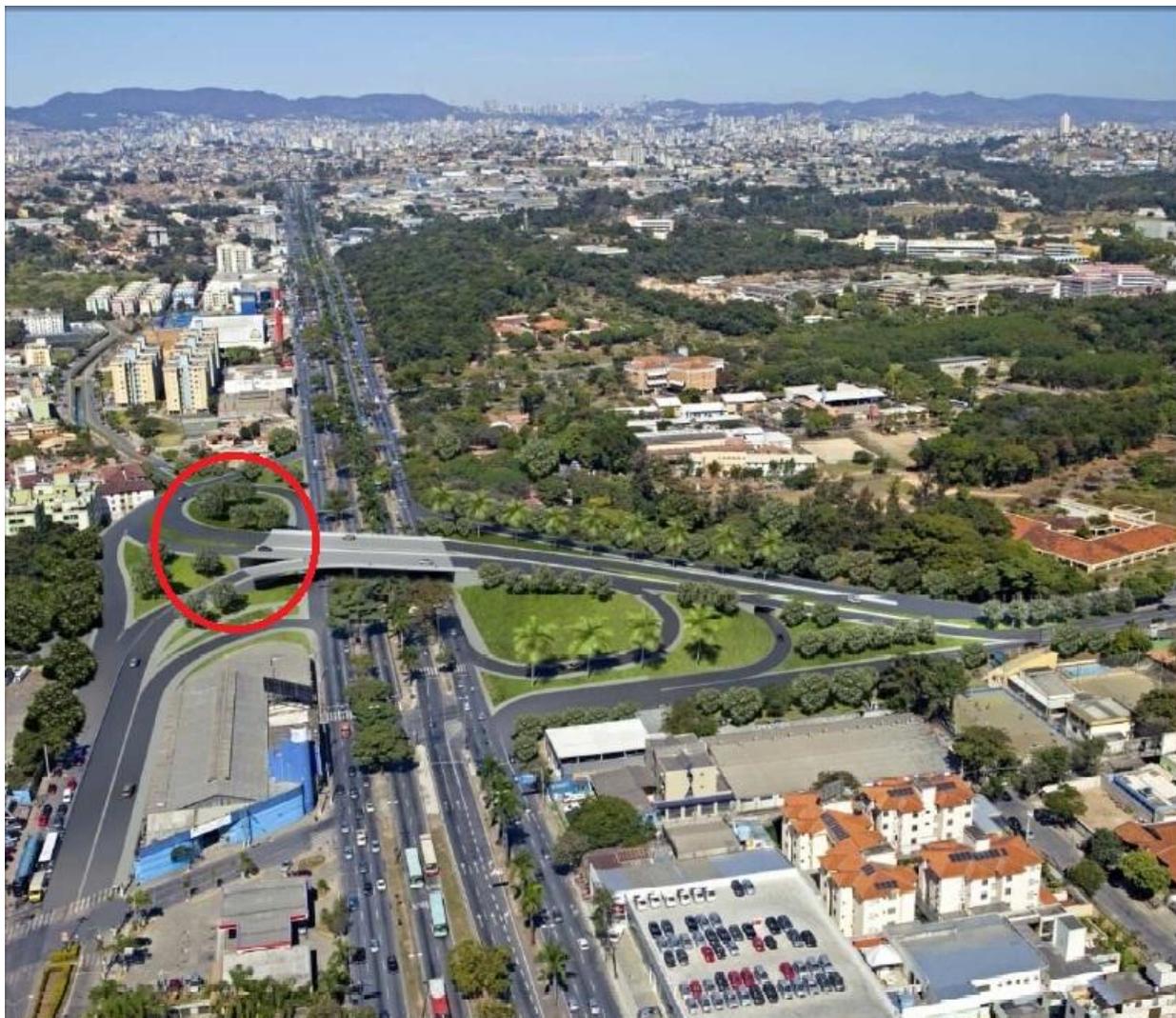


FIGURA 10 - Perspectiva final do projeto de interseção das avenidas Antônio Carlos (sentido em cima-embaixo) e Abraão Caram (sentido direita-esquerda). Detalhe em vermelho para a área ocupada pela Vila Recanto UFMG.

Como indicado na imagem pela circunferência vermelha, a Vila Recanto UFMG terá seu lugar substituído por um pedaço de um viaduto, suas duas alças e alguns canteiros.

3.2. Vetor Norte e valorização imobiliária

Se a construção do viaduto em preparação para a Copa do Mundo da FIFA consolida a reapropriação do espaço ocupado pela Vila Recanto UFMG, é a antiga proprietária do

terreno, a empresa Beagá Imóveis, que, já em 2000, inicia o processo de remoção da Vila. Assim, para uma análise de tal processo, traço em seguida algumas considerações sobre a dinâmica urbana de valorização imobiliária.

Em sua meta-teoria do processo urbano, Harvey (1983) ressalta que este processo implica a criação de uma infraestrutura física material para produção, circulação, troca e consumo, ou seja, para aumentar a acumulação progressiva de capital. Dependentes de superávits de capital, os investimentos para a criação de tal infraestrutura, como confirmam Costa e Mendonça (2010, p. 3), são performados pelo Estado, que, para além de sua função regulatória, é, desde a industrialização, o principal agente social responsável por garantir as condições materiais infraestruturais.

Em Belo Horizonte, percebe-se que a intervenção pública no sentido da garantia de tais condições infraestruturais é decisiva e promove, conseqüentemente, a valorização de determinados espaços (Costa, 1994). Ainda na gestão municipal de Kubitschek, a criação (e valorização) da Pampulha foi o começo do estímulo à ocupação e ao desenvolvimento do chamado Vetor Norte de Belo Horizonte. Mas é justamente a partir dos anos 2000, face ao desde então bom desempenho econômico mineiro-brasileiro e aos superávits de capital necessários para tal, que massivos investimentos públicos têm consolidado o direcionamento ao eixo Norte desta expansão urbana, agora também metropolitana³². Esses investimentos promoveram as seguintes intervenções urbanas:

- A implantação do Contorno Viário Norte, conhecido como Rodoanel, que visa a ligação dos municípios de Betim e Sabará sem a necessidade de se passar por Belo Horizonte;
- Construção da Cidade Administrativa de Minas Gerais, que passou a concentrar grande parte do funcionalismo público estadual em área dos municípios Vespasiano e Santa Luzia;

³² A região do Vetor Norte da RMBH é composta, além de Belo Horizonte, pelos seguintes municípios ao norte da capital: Confins, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano (PBH, 2008 *apud* Almeida, 2009). Ver mapa em: <http://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/mapa-vetor-norte-belo-horizonte>. Acesso em: 19 jun. 2011.

- Implantação da estação de metrô no bairro Vilarinho em Belo Horizonte;
- Expansão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves no município de Confins³³;
- Construção da Linha Verde, que liga o centro de Belo Horizonte à região Norte e ao Aeroporto Internacional;
- Expansão da Av. Antônio Carlos;
- Implementação do Aeroporto Industrial.

Todas estas intervenções urbanas públicas promoveram imensa valorização do solo no Vetor Norte da RMBH e, assim, um abrupto aquecimento do mercado imobiliário. Frente a isso, os mais pobres, em especial os despossuídos de casa própria, se vêm impedidos a outras áreas, mais distantes e menos valorizadas. Tal processo de expulsão dos moradores pobres seguida da valorização imobiliária promovida por intervenções e revitalização urbanas é chamada de gentrificação por muitos autores, como em Savage e Warde (2003)³⁴ e Sánchez (2003).

Em suma, tais intervenções, desacompanhadas de políticas habitacionais ou de políticas para os mais pobres em geral, acabam por reforçar o processo de periferização da pobreza (FJP, 2009c; IGC-UFMG/IPPUR-UFRJ/SMPL/PBH; 2008a *apud* Jabace, 2009). Como lembra Jabace (2009, p. 36), tal desenvolvimento promovido por essas intervenções urbanas beneficia em especial as camadas enriquecidas da população, sendo principalmente apropriado pelos setores que lucram com a valorização de terrenos e imóveis construídos na região em questão.

³³ De acordo com a PBH (2008, *apud* Almeida, 2009) só os investimentos desses quatro primeiros itens totalizavam em 2008 R\$1.600.000.000 (um bilhão e seiscentos milhões de reais).

³⁴ Como analisam Savage e Warde (2003), este processo tem sido muito visível nas últimas décadas em bairros centrais de cidades europeias, revitalizados não só por intervenções públicas mas também pela chegada e estabelecimento de jovens adultos vindos de outras áreas.

Por fim, vale a pena retomar tal questão sob uma perspectiva teórica urbanoecológica, tal como em Logan (1983). De acordo com o autor (1983, p. 83), para entender como o desenvolvimento urbano acontece, deve-se ter em mente a competição entre lugares e os esforços conscientes desses lugares para influenciar tal desenvolvimento. Assim, entende-se que pessoas e organizações constantemente tentam afetar o processo de desenvolvimento urbano com o objetivo de manter ou criar desigualdades entre lugares, em vantagem própria. A consequente estratificação de lugares é, pois, construída por ação e intervenção políticas (Logan, 1983, p. 75).

Sendo assim, entende-se que a valorização imobiliária, impulsionada por processos inerentes ao capitalismo e protagonizada pelo Estado em resposta à demanda de certos grupos, está compreendida no processo de estratificação socioespacial. Neste processo, certos lugares se desenvolvem diferencialmente e competitivamente em conformidade aos anseios de grupos dominantes que lá residem.

Nesse sentido ecológico, pode-se dizer que a Vila Recanto UFMG aparece como um empecilho ao desenvolvimento desejado pelos habitantes ou donos de seu valorizado entorno. A remoção da Vila da regional Pampulha se enquadra, pois, em um processo de estratificação socioespacial, em que a valorização imobiliária de bairros de classes mais abastadas impele – neste caso forçadamente e com protagonismo do poder público – os mais pobres para fora.

3.3. Conflito como drama social

É neste contexto que se desenvolve o conflito emergente pela remoção da Vila Recanto UFMG, analisado aqui na perspectiva teórico-metodológica de Victor Turner (2008) como um drama social. O autor (2008, p. 33) define a metáfora de drama social como uma “[unidade] de processo anarmônico ou desarmônico que [surge] em situações de conflito”.

Como frisa Turner (2008, p. 33-37), um drama social possui tipicamente quatro fases de ação pública observáveis. A primeira é de *ruptura*, em que relações sociais formais

e regidas pela norma são rompidas, sendo sinalizada pelo rompimento público e evidente ou pelo “descumprimento deliberado de alguma normal crucial que regule as relações entre as partes” (Turner, 2008, p. 33). A segunda fase é a de *crise crescente*, na qual se tem a tendência de que a ruptura se alargue, “ampliando-se até se tornar tão coextensiva quanto uma clivagem dominante no quadro mais amplo de relações sociais relevantes ao qual as partes conflitantes ou antagônicas pertencem” (Turner, 2008, p. 33). A terceira fase é a da *ação corretiva*, que compreende o momento em que mecanismos “de ajuste e regeneração”, informais ou formais, institucionalizados ou não, são operacionalizados. Como alerta Turner (2008, p. 36), é nesta fase que “tanto as técnicas pragmáticas quanto a ação simbólica alcançam sua mais plena expressão”. A quarta e última fase, embora ainda não consolidada no caso do conflito que aqui analiso, é a fase da *reintegração* “do grupo social perturbado”.

3.3.1. Ruptura: a ordem de despejo

Como se pôde apreender nas entrevistas já citadas, o terreno em que nasceu a Vila Recanto UFMG era anteriormente ocupado por uma concessionária de veículos, que o alugava da empresa imobiliária Beagá Imóveis, então dona do terreno. Após a falência da concessionária, na primeira metade da década de 1990, o terreno foi deixado abandonado, sem que a então dona Beagá Imóveis o utilizasse de qualquer forma, a não ser a fins de especulação imobiliária – atividade claramente muito rentável dada a localização do terreno no Vetor Norte, área receptora de tantas intervenções públicas. A partir de 1995, o terreno vinha sendo ocupado pelas famílias que ali chegavam para fixar suas moradias, formando, então, a Vila Recanto UFMG.

Se consideradas as diferentes partes envolvidas no conflito, pode-se pensar em dois momentos de ruptura, cada um de acordo com uma determinada perspectiva sobre o conflito. A primeira seria a da empresa imobiliária Beagá Imóveis, formal dona do terreno, e também de uma certa visão do Direito e, mais concretamente, do Poder Judiciário em geral que reiteram a defesa da propriedade privada em detrimento do princípio também legal da função social da propriedade. Sob esta perspectiva, a ruptura fundan-

te do conflito aqui tratado se dá a partir do momento em que, nos termos da imobiliária, “andarilhos” invadem o terreno que lhe pertencia. Assim, em outubro de 1999, a Beagá Imóveis registrou Boletim de Ocorrência junto à Polícia Militar, em que dizia que seu imóvel estava sendo invadido já há seis meses. No ano seguinte, ajuizou Ação de Reintegração de Posse em face de dois ocupantes do terreno (um em cada extremidade da área).³⁵ No curso da ação, por duas vezes, a Beagá Imóveis requereu a expedição de Mandado de Manutenção de Posse, mas este lhe foi negada pelo juiz ambas as vezes.

Em 2004, um fator novo incrementa a motivação da Beagá Imóveis para a recuperação judicial de sua posse. Embora tenha sido difícil durante minha pesquisa – e difícil também para todos os entrevistados - traçar com exatidão como se deu a entrada da participação da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) no conflito, sabe-se, conforme os autos do processo judicial, que em março de 2004 a PBH entrou com desapropriação de parte do terreno em questão em razão de utilidade pública e teria sinalizado a indenização da imobiliária. Apesar da falta de transparência quanto a tal desapropriação, pode-se pensar que ela se deu já em vistas ao projeto de construção do viaduto, alavancado somente anos mais tarde com a questão da Copa do Mundo FIFA 2014.

Então, com sua motivação incrementada, já que receberia a indenização da PBH – sobre o terreno valorizado ao longo de todo o tempo desde o abandono, graças à valorização imobiliária de todo o Vetor Norte – a Beagá imóveis entrou, em julho de 2004, com um novo requerimento de expedição de Mandado de Manutenção de Posse, desta vez sobre toda a área do terreno. Como explicou advogado do SAJ em entrevista, nesta época – e isso provavelmente teria sido uma estratégia da empresa imobiliária – eram férias forenses em que o juiz da vara cível responsável pelo processo em questão estava sendo substituído pelo juiz de plantão. Este juiz em plantão deferiu o requerimento e o mandado foi expedido.

³⁵ O processo tramitou perante o juízo da 20ª Vara Cível de Belo Horizonte, sob o número 0024.00.122.319-7.

Já considerando a outra perspectiva do conflito, a dos moradores da Vila Recanto UFMG e de uma certa visão do Direito que considera o princípio de função social da propriedade e, por exemplo, o Estatuto das Cidades³⁶, pode-se pensar aí em outro momento de ruptura, o qual será considerado por este trabalho e ordenará a restante classificação das fases do drama social propostas por Turner (2008). É em 16 de julho de 2004 que, nos termos de Turner (2008), as relações sociais regidas pela norma – no caso, a da rotina da Vila e também o Estatuto das Cidades – são quebradas.³⁷ Neste dia, para a surpresa dos moradores da Vila Recanto UFMG, que até então de nada sabiam, chega à comunidade o Oficial de Justiça, com o Mandado de Manutenção/Reintegração de Posse, acompanhado de representante da Beagá Imóveis e de soldados da Polícia Militar.

3.3.2. Crise crescente: ameaças de despejo e negociações

Aí veio a ordem de despejo, em 2004 [...]. Quando eles chegaram, isso foi numa sexta-feira que eles vieram, aí, sexta-feira às 18h com uma chuva se armando, todo mundo desesperando, aí eu peguei e cheguei – os meninos foram tudo correndo lá em casa [...], aí eu peguei e vim ver o que tava acontecendo. Aí o oficial virou e falou que era uma ordem de despejo, que a gente deveria ter que sair naquele momento. Aí eu falei assim: “Poxa, são 18h, o tempo armando pra chuva, nossos companheiros, nossos maridos trabalhando, como que nós vamos sair de dentro de casa, sem termos pelo menos noção de um lugar pra onde nós vamos?” Porque, até então, tava tudo tranquilo, ninguém sabia de nada.

[...] Aí eles pegaram e falaram assim “ó, então vamos fazer o seguinte: nós vamos dar prazo pra vocês, de estarem arrumando, de ir pra casa de parente, alguma coisa, que, terça-feira 8h da manhã nós chegaremos aqui, já com trator, com tudo, derrubando tudo.” Aí, foram embora. O povo tudo no desespero. Aí eu falei assim: “oh gente”. Aí nessa

³⁶ Aprovado em 2000 após tramitação de 12 anos, o Estatuto das Cidades é uma legislação que orienta as políticas urbanas no Brasil. Entre outros pontos de destaque, o Estatuto das Cidades regulamenta os instrumentos de usucapião e regularização fundiária das áreas informais, a partir do princípio estabelecido na Constituição Federal de 1998 da função social da propriedade. Assim, o Estatuto das Cidades é um contraponto ao Código Civil no que diz respeito ao direito à propriedade privada (Carneiro *et al.*, 2011).

³⁷ Por outro lado, sob a perspectiva primeira, a da Beagá Imóveis, este momento já integrar-se-ia à fase de ação corretiva. No decorrer do trabalho, aplicarei a classificação de Turner, então, apenas sob a perspectiva dos moradores.

época nós já tínhamos telefone, né. Falei assim “ó, todo mundo começa a ligar, pra quem vocês conhece, começa a articular, vamo ligar pras emissoras, pra tudo, pra imprensa”. Foi aquela correria. Aí [...] de segunda pra terça, aqui tinha um galpão, aí nós ocupamos esse galpão, começamos a fazer cartazes, faixas, tudo, e o processo de ligação novamente. O [advogado do SAJ], na época, estava de férias e mexendo com problema de vista. Aí [...] nós viramos a noite, preparamos lanche, tudo -, aí quando foi na terça-feira, oh que alegria, menino, que alívio. A gente olha ali pra rua debaixo, aí você começa a perceber, além dessas pessoas que vieram fazer essa vigília de segunda pra terça, aí você começa a perceber, carro de Globo, de Record, de Itatiaia, de Manchete, por quê? Porque eles ouviram o nosso apelo, ouviram o nosso apelo, eles ouviram a nossa dor, o nosso clamor. Aí, beleza. Aí quando eles chegaram na terça-feira, aí a imprensa já foi direto, perguntando: “pô, vai tirar o pessoal daqui e levar pra onde? Patati, pororô.” Aí eles não tiveram resposta (Ana, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Como contaram Ana e também a assistente social da Pastoral de Rua, a mobilização de toda a comunidade da Vila Recanto UFMG em torno da resistência foi muito grande, como é de se esperar em um caso de conflito social, como lembra Simmel (1983).³⁸ Os moradores e a Pastoral fizeram também a articulação com outras comunidades de ocupações urbanas e moradores de rua, que fizeram uma vigília de uma semana na Vila Recanto UFMG, em pressão contra a desocupação. Buscaram também articulação com o Serviço de Atendimento Jurídico (SAJ) da PUC, que desde então os vem auxiliando juridicamente, e com o Ministério Público.

Uma reportagem jornalística à época também tratou do momento de ruptura na norma(lidade) da Vila Recanto UFMG frente à ordem de despejo e sua subsequente crise:

Essa comunidade estava tranqüila até a última sexta-feira quando foi visitada por um oficial de justiça acompanhado dos representante da BH Imóveis (que se apresentou como proprietária da área invadida) e da Polícia Militar que queriam a retirada imediata dos moradores. “Pedimos que esperassem até constituirmos advogados, mas hoje pela manhã (ontem) o oficial e a PM retornaram. Só não fizeram nada coma gente porque estávamos com a imprensa aqui”, contaram homens e mulheres [...].

No fim da tarde, a informação dos moradores era de que a PM não fez a retirada porque não tinha organizado o esquema de desocupação. Porém, uma outra informação na Pastoral de Rua deu conta de que será realizada uma reunião entre a PM e BH Imóveis e tentar uma saída pacífica para o impasse.

³⁸ Simmel (1983) ressalta que identidades sociais e mobilizações comunitárias são especialmente reforçadas em situação de conflito social.

Com a palavra paz escrita nos rostos, ontem pela manhã as mulheres e crianças choravam temendo perder suas moradias (Oliveira, 2004).

Não ocorrendo o despejo naquele dia, houve em seguida uma reunião com a Polícia Militar (PM), moradores da Vila e representantes do Ministério Público e do SAJ. Como contou uma moradora em entrevista,

Aí foram embora, aí começamos a negociar com a PM da região, aí a PM marca uma reunião juntamente com a equipe que estava nos apoiando e com alguns moradores. Foi aqui no 13º batalhão, aí nós fomos. [...] Aí o Ministério Público falou que queria participar e aí achou uma cláusula que estava errada. Porque, pra ter essa ordem de despejo, tinha que ter o nome de cada um, sendo que só citava o nome dos dois: o da ponta e o do princípio [do terreno]. Aí foi aonde o [advogado do SAJ] entrou com embargo de terceiros (Ana, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Assim, acionado pela comunidade em sua defesa, advogados do SAJ tentaram então, pela via jurídica, invalidar o mandado de despejo (ou manutenção de posse). Como relataram Ana e advogado da SAJ em entrevistas, uma vez que na ação judicial em curso não se listavam os moradores que ocupavam o terreno requerido pela Beagá Imóveis (exceto dois ocupantes das extremidades da área) e como estes moradores não eram parte do processo judicial, não tendo nenhuma chance de se defender, o SAJ entrou, em nome dos moradores da Vila, com Embargo de Terceiros. O tribunal aceitou o pedido de embargo, cassando a decisão anterior que havia deferido liminar de reintegração de posse.

Dada a vitória da Vila Recanto UFMG, a Beagá Imóveis entrou, em 11 de agosto de 2004, com nova Ação de Reintegração de Posse³⁹, desta vez contra todos os moradores que haviam pedido o Embargo de Terceiros. A decisão judicial só viria cinco anos mais tarde.

Entrementes, a vida na Vila Recanto UFMG e a rotina de seus moradores seguiram seu curso, sem novas ameaças de despejo. Muitos moradores inclusive chegaram à Vila nesse meio tempo, como por exemplo as entrevistadas Neide e Aparecida e suas famílias. No entanto, a vinda de novas famílias a partir de 2004 não significa que as antigas se mudaram da Vila Recanto UFMG, pelo contrário. O número de famílias au-

³⁹ O processo tramitou na 20ª Vara Cível de Belo Horizonte sob o número 0024.04.420.836-1.

mentou, e a maioria das famílias que iniciaram a ocupação continuaram ali, como as famílias dos entrevistados Ana, João e Carla.

Apesar disso, e apesar de já haver registrado Boletim de Ocorrência contra “invasores” de seu terreno ainda em 1999, a empresa Beagá Imóveis afirmou, em sua Ação de Reintegração de Posse, que fotos áreas comprovavam que não havia ocupação no terreno até 2002. Uma perícia técnica realizada em 2006 sustentou esta afirmação. A perícia contou à época 30 casas no terreno, mas disse, com base em fotos áreas do Google e da URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte) datadas de 2002, que nenhuma das edificações da Vila existiam naquele momento, não tendo, pois, a idade mínima para serem merecedoras de usucapião. Além disso, a perícia afirmou que os lotes invadidos possuíam área superior a 250m²;⁴⁰ este é o tamanho máximo que uma área domiciliar pode ter para que o ocupante tenha o direito de usucapião.

Assim, no dia 2 de fevereiro de 2009, o juiz de Direito responsável pelo processo julgou procedente a Ação de Reintegração de Posse feita pela Beagá Imóveis contra os moradores da Vila Recanto UFMG. No texto da decisão judicial, o Juiz ressaltou alguns trechos afirmados pelo perito, dizendo:

Em resposta ao quesito nº 03 (f. 564) o i. perito afirmou: “(...) Portanto, em março de 2002 as edificações em questão não existiam”.

A propósito, vale colacionar alguns trechos afirmados pelo perito:

[...] “Nenhum dos lotes invadidos possui área igual ou inferior a 250m²”

[...] “Mas analisando as fotografias aéreas da URBEL e aquelas que constam do ‘site’ Google Earth na ‘internet’, podemos afirmar que a idade máxima de cada uma dessas edificações poderia ter seria (sic) de 04 anos, pois as referidas fotos são de 2002 e não mostram essas construções”. (Minas Gerais, 2009, fl. 5).

A controvérsia entre a prova pericial em favor da Beagá Imóveis que afirma não haver ocupação antes de 2002 e o fato de que esta empresa havia registrado a ocupação ainda em 1999 através do BO não é visto como empecilho pelo Juiz, que utiliza dos dois fatos independentes como provas em favor da Beagá Imóveis e ainda indefere o requerimento de provas orais. No texto da decisão, juiz afirmou:

⁴⁰ Embora não tenha especificado quantas famílias viviam em cada lote.

Fiel à prova constante nos autos, indeclinável reconhecer, portanto, que, ao contrário do sustentado, não há qualquer possibilidade de se reconhecer a usucapião, mesmo porque a **autora** [Beagá Imóveis], **desde 1999 vem tentando retornar o imóvel, sendo certo que a invasão da área descrita no laudo pericial, ocorreu em seguida, quando várias famílias começaram a construir suas casas.**

Portanto, além de inexistir qualquer prazo prescricional para possibilitar o reconhecimento da usucapião, os réus nunca tiveram a posse mansa e pacífica.

Não bastasse, não há qualquer boa fé na invasão, o que impede o direito a qualquer retenção por benfeitorias, haja vista que sabiam os réus que a área ocupada não estava abandonada.

Ressalto, ainda, que os próprios réus reconheceram se tratar de invasão, o que afigura um ilícito, a ser aqui repellido, mediante a presente ação possessória, **tendo a autora, repita-se, agido de pronto, quando ciente da invasão do bem, como se verifica pelo BO anexado [...].**

Ressalto que [...] **não é razoável que o Poder Judiciário compactue com atos de invasão [...]. [Deve-se] restabelecer a paz social e preservar a magnitude da Lei Constitucional, coibindo práticas rotineiras de invasão de direitos e cidadania a fim de restabelecer à sociedade a pacificação social.**

Para tanto, deve-se resguardar essa mesma sociedade das intenções e ações manejadas com intuito de aferir vantagens perante o patrimônio alheio, utilizando-se de artifícios injustos, indiscriminadamente, sem parâmetros sensatos (Minas Gerais, 2009, fl. 6, grifos meus).

Em entrevista, o advogado do SAJ que atua junto à comunidade Vila Recanto UFMG comentou tal decisão judicial:

O Judiciário nem considera a existência do Estatuto da Cidade [...] ⁴¹. Ele olha a reintegração de posse de uma perspectiva do direito do Código Civil de 16, que é um direito de propriedade absoluta. Embora se esteja cogitando apenas o direito de posse, o que permeia a decisão é o direito de propriedade. E o preconceito. O judiciário, ele falha muito com o preconceito contra a coletividade de pobres. Isso é evidente demais. Tanto é que essa sentença que foi tomada, concedendo na sentença a reintegração à Beagá Imóveis, [atropelando] o próprio processo. Porque não foi dado o direito de se produzir a prova testemunhal. Porque posse, a posse eu provo, é um fato. Então a testemunha numa reintegração de posse é fundamental. Então as famílias teriam como provar, por testemunha, que estão lá há mais de tantos anos; que não procedia o pedido da Beagá Imóveis. O juiz não permitiu a audiência de discussão do julgamento. Ele baseou-se no laudo pericial que por sua vez se baseou no Google. Então, um absurdo (F.S., advogado do SAJ, entrevista, 26/04/2011, Belo Horizonte).

Dada esta decisão judicial desfavorável à Vila, o SAJ entrou, em nome dos moradores, com apelo ao tribunal. Este, no entanto, manteve a decisão, confirmando a argumentação do juiz anterior e levantando ainda, como argumento em favor da Beagá Imóveis, o

⁴¹ Ver nota 37.

fato de que esta “recebeu indenização do Município de Belo Horizonte em razão da desapropriação de parte dos terrenos, em março de 2004 (fls. 11/12), o que comprova que o imóvel não estava abandonado, data venia” (*apud* SAJ, 2010).

Dada a manutenção de tal decisão, o SAJ entrou, em julho de 2010, com recurso especial no Supremo Tribunal de Justiça. Até o momento da entrevista feita com advogado da SAJ, o recurso ainda estava em fase de avaliação preliminar na vice-presidência do Supremo Tribunal de Justiça; ou seja, ainda não se sabia se o recurso seria ou não considerado.

Desde a decisão judicial desfavorável à Vila Recanto UFMG em fevereiro de 2009 e posteriormente mantida frente à apelação e, principalmente, durante o ano de 2010, uma série de eventos, reuniões e articulações marcaram o conflito, de forma que é difícil para os próprios moradores e outros envolvidos no processo recontar e listar todos os fatos. Além disso, a dificuldade de acesso a informações sobre os planos da Prefeitura quanto a sua participação no processo e quanto ao projeto do viaduto – recorrente, como já comentei, nos demais projetos relacionados à Copa -, sem falar no vai-e-vem dos pouco inteligíveis processos judiciais, também obscurece e dificulta a reconstrução posterior dos fatos pelos atingidos. Tal dificuldade foi visível nas várias entrevistas, em que os entrevistados se mostraram reticentes ou genéricos quanto às minhas indagações pelos detalhes do processo do conflito, ou se confundiam quanto às datas. Por isso, não consegui, pelas entrevistas, apreender com exatidão o momento – se é que ele existiu pontualmente - em que os moradores da Vila se inteiraram do fato de que haviam perdido a ação na justiça e haveriam de deixar suas casas.

Não obstante, ao que tudo indica, a partir de 2009, ou seja, após a confirmação de que Belo Horizonte seria uma das doze cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014⁴², a Prefeitura amadureceu o projeto de construção do viaduto de interseção entre as Av. Antonio Carlos e Abrãao Caram, que ocuparia o espaço da Vila Recanto UFMG.

⁴² A nomeação das cidades-sede foi assinada pela FIFA em maio de 2009. Ver: <http://www.umtudo.com/cidades-sedes-da-copa-2014/>. Acesso em: 20 jun. 2011

No início de 2010, a Urbel e outros órgãos da Prefeitura promoveram uma reunião com os moradores da Vila pra Lhes informar do projeto de construção do viaduto. Tendo participado desta reunião, um membro do Programa Pólos de Cidadania, que a partir desse momento acompanhou o caso e assessorou os moradores, relatou em entrevista:

[...] Ia ter esse evento, e a Urbel ia conversar com os moradores sobre a obra que ia acontecer e tal. [...] Aí a gente chegou lá, de noite, tavam os moradores amontoados numa sala lá da Regional da Pampulha, um monte, mais de 200 moradores lá, esperando pra reunião. A reunião começou com mais de uma hora de atraso [...]. O que aconteceu: na reunião tinha um engenheiro que era o responsável pela obra da ponte. O engenheiro ia falando numa linguagem super técnica, sabe? Uma linguagem muito sofisticada que não era acessível nem pra gente assim que trabalha com isso, imagina pros moradores; falando sobre os custos da obra, sobre o projeto arquitetônico, sobre a influência que ia ter no trânsito e tal, sobre os materiais que iam ser empregados na obra, a porcentagem de cimento, umas coisas malucas assim de engenharia mesmo, apresentando os slides no *power point*. Aí, num dado momento da palestra dele – porque a comunidade não foi convocada a se pronunciar sobre a palestra em nenhum momento [...], a comunidade tava lá só assistindo – e um dado momento desse discurso, um dos *slides* dele mostrava as áreas no mapa da região onde a obra ia acontecer e tinha uma parte do mapa que tava em vermelho, e ele falava assim: essa parte aqui é onde a ponte vai passar, vai passar aqui. E a área em vermelho era simplesmente a casa das pessoas que tavam assistindo a palestra! As pessoas tavam assistindo o cara dizer que a casa delas iam ser demolidas, que elas iam ser expulsas dos locais onde elas mora e elas não podiam fazer nada. Era uma linguagem técnica, que não era acessível, que elas não conseguiam dialogar, que vinha de cima pra baixo, que não tinha possibilidade de se discutir outras alternativas possíveis. Era a Prefeitura dizendo pros moradores o que ela ia fazer e os moradores tinham que aceitar ou aceitar. Nesse sentido, não era nada participativo. [...] De fato, [as pessoas da comunidade] não tinham, até o final da palestra do homem, entendido que elas iam ter que deixar os locais onde elas viviam (F.M., membro do Pólos, entrevista, 04/05/2011).

Em seguida, relata sobre a primeira intervenção do Pólos no caso, ainda nesta reunião:

Teve que a gente do Pólos, no final da apresentação do homem lá, do engenheiro, pegar o microfone, causar o maior constrangimento na reunião, o pessoal da Urbel queria tirar o microfone da nossa mão [risos]. Aí teve que a gente chegar lá encima do palco e falar “Galera, prest’enção! O que esse homem tá querendo dizer é que vocês vão ser expulsos do lugar onde vocês moram, vocês vão ter que perder o lugar de moradia de vocês, vocês não vão ser indenizados, etc., etc. E aí que a comunidade acordou pro que tava acontecendo, sabe? Porque se dependesse da Prefeitura, tudo ia acontecer como se eles não tivessem [...] o direito ao local onde eles moravam, como se eles fossem ilegais; e até o primeiro momento, esse momento que a Prefeitura apresentou a proposta e tal, a proposta era: “nós temos abrigos pra vocês, nós temos os centros de referência, vocês podem ir pra lá depois que vocês forem removidos”. Ou seja, tratando os moradores como moradores de rua, sabe? [...] Depois é que começou a se falar em indenização (F.M., membro do Pólos, entrevista, 04/05/2011).

A princípio, conforme relatos, os moradores pensaram em resistir à desocupação forçada de suas casas. Junto à Prefeitura – já que esta seria, por fim, a dona do terreno -,

moradores da Vila Recanto UFMG e seus assessores tentaram negociar alternativas ao projeto do Viaduto, de forma que fosse possível a permanência dos moradores na mesma área. Mas, como argumentou membro do Pólos em entrevista,

Membro do Pólos: Por um momento, teve até a possibilidade deles não saírem, deles não serem removidos. Por um momento, a gente chegou a construir junto com eles uma proposta alternativa pra obra. Da ponte, por exemplo, em vez de passar encima da comunidade deles, passar em um outro lugar, onde tem um estacionamento, onde tem uma loja que vende carros. Então, por que que a ponte virava pro lado da favela e não virava pro lado dos lotes que nem serviam pra moradia, sabe? A gente fez esses questionamentos todos e por um momento quase... houve esse momento da pressão contra a Prefeitura pra que a obra até mudasse de proposta e não removesse eles de lá.

Eu: E como é que foi a resposta?

Membro do Pólos: Isso a gente não conseguiu não. Isso fracassou.

Eu: Mas teve alguma resposta do por quê a ponte passava lá?

Membro do Pólos: A resposta deles era sempre a resposta técnica, a resposta do engenheiro que falava assim “ó, essa ponte tem a viabilidade técnica estrutural desse jeito e não de outro”. E aí contra o argumento técnico-científico, eles tinham pouco a dizer, sabe? Bom, se o engenheiro chefe da obra tá dizendo que a ponte só pode ser feita desse jeito e não de outro, como é que a comunidade ia ter ferramentas pra argumentar contra a palavra desse técnico, que tinha o argumento científico? Esse é um desafio presente na maioria das comunidades que sofre de remoção, de não ter esse argumento técnico, sabe? Porque na hora de decidir, a Prefeitura diz isso: “ó, o nosso chefe da obra aqui tá dizendo que a obra só pode ser feita dessa maneira, então cês vão ter que sair daí” (F.M., membro do Pólos, entrevista, 04/05/2011).

Face à sólida resistência dos órgãos da Prefeitura em alterar qualquer aspecto do projeto do viaduto, as negociações seguintes foram feitas no sentido de garantir a indenização ou a possibilidade de reassentamento através da Prefeitura, além do simples despejo. Para assistente social da Pastoral de Rua, os moradores tinham poucas chances de continuar morando naquela área, visto também que se trata de uma região de classe média e alta. Nesse sentido, explicou a assistente, os moradores foram orientados pela Pastoral em lutar pelo seu direito à moradia ali tendo em vista que aquilo seria uma moeda de troca.

3.3.3. Ação Corretiva: a remoção

Sempre graças à pressão dos moradores da Vila Recanto UFMG e de sua articulação com diversos órgãos parceiros como Pastoral de Rua, Ministério Público, SAJ e Pólos

conseguiu-se, em seguida, várias reuniões com órgãos da Prefeitura para negociar a remoção dos moradores. Como relatou em entrevista o membro do Pólos que acompanhou o processo,

[D]urante o ano [2010], teve várias reuniões com a Urbel, os moradores não ficaram satisfeitos com as respostas que a Urbel dava, aí exigiram reunião com o presidente da Urbel; a Urbel falou que não dava, que não sei o quê. Aí os moradores ameaçaram fechar a Antonio Carlos, falaram que ia queimar pneu lá na avenida, que iam parar o trânsito, que não sei o quê. Aí, resumindo, conseguiram reunião com o presidente da Urbel; o presidente da Urbel prometeu um tanto de coisa. Os moradores, não satisfeitos, quiseram reunião com o prefeito, aí não conseguiram com o prefeito, mas conseguiram com o vice-prefeito. Aí ia lá onde o prefeito, ou o vice-prefeito ou o presidente da Urbel ia discursar ou palestrar, [ia] um monte de morador pra encher o saco deles [risos] (F.M., membro do Pólos, entrevista, 04/05/2011).

De fato, em outubro de 2010, observei um desses momentos de pressão da comunidade Vila Recanto UFMG frente à Urbel. Convidado a apresentar o programa de habitação da Prefeitura de Belo Horizonte em uma mesa no I Congresso de Direito Urbanístico, o presidente da Urbel, após sua apresentação, foi alvo de inúmeras críticas e questionamentos de moradores da ocupação Torres Gêmeas⁴³ e também da Vila Recanto UFMG. Muitos moradores da Vila – inclusive alguns dos entrevistados – subiram ao palanque e, frente ao grande auditório, fizeram contundentes críticas à Urbel, à remoção da Vila e à maneira como se estavam dando negociações sobre sua remoção. A resposta do presidente da Urbel aos moradores da ocupação Torres Gêmeas é sintomática da postura da Prefeitura: a Prefeitura não negociaria a permanência dos moradores na ocupação, já que não queria incentivar novas ocupações ilegais. Já em resposta aos moradores do Recanto UFMG, disse que a remoção era inevitável e comentou sobre os apartamentos que seriam oferecidos aos moradores, como explico adiante.

Em entrevista, a moradora Ana comentou sobre essa pressão frente à Urbel:

Todo lugar, meu filho, que eu sei que o [presidente da Urbel] tá, eu tenho que ir lá cutucar. Ele não vai esquecer da minha cara tão cedo. [...] Quando eu penso, igual outro dia,

⁴³ As chamadas Torres Gêmeas foram ocupadas por famílias pobres e sem-teto após seu abandono em meados dos anos 1990. Em 2010, em decorrência de um incêndio em um dos apartamentos de uma Torre, a Polícia Militar impediu a entrada dos moradores de todo o prédio. Com intervenção da PBH, os moradores foram removidos.

eles tavam discutindo na Câmara [Municipal] recentemente sobre [...] um aglomerado, que é ali pro lado do Santa Lúcia... aí eles vão querer fazer tudo verticalizado também. Aí tava lá com o [advogado do SAJ], né, aí o [advogado do SAJ]: “é, pelo menos, o da Antonio Carlos nós já conseguimos resolver”. Aí não chega eu e não vou lá falar, sobre o valor da indenização que foi oferecido? Aí eu falei que isso era vergonhoso! Ah menino! Aí depois, né, que ele saiu, eu peguei e falei assim “oh [presidente da Urbel], vem cá, vamo conversar”, aí ele: “Não! Você me bombardeou! Você me detonou! Eu tava lá alegrinho, achando que a Antonio Carlos não ia falar nada...”, eu “Não ia, meu filho? A gente te chamando pra conversa democrática, você nunca pode, uê, então a gente tem que aproveitar os espaços que você tá. Uai. Vai deixar passar? Que eu tou indignada com o valor que vocês me ofereceram, eu tou mesmo, uai.” (Ana, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Em resumo, os moradores da Vila Recanto UFMG conseguiram, após extensa e conturbada negociação, que a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Urbel, lhes concedesse duas opções de compensações pelo despejo, sendo que cada família deveria optar por uma delas. A primeira opção, que inicialmente foi apresentada como única opção, seria um apartamento dos programas de habitação da Prefeitura. A segunda opção, conseguida após mobilização da comunidade em insatisfação à primeira, seria a indenização monetária.

A primeira opção, conforme relatou a entrevista da Pastoral de Rua, se deu em um acordo com a Prefeitura, em que se decidiu que, a princípio, seriam disponibilizados 40 apartamentos nos prédios do Programa Vila Viva que seriam construídos na favela Pedreira Prado Lopes.⁴⁴ Esta opção foi muito criticada pelos moradores da Vila Recanto UFMG, em geral por dois motivos. O primeiro é o próprio morar em um apartamento, que traz problemas e limitações em comparação à antiga moradia em casa ou barraco, como: não poder cultivar plantas ou criar animais; ter novas contas a pagar (como condomínio); o pouco espaço; não poder, como foi dito em entrevista, “dar futuro para os filhos”, já que o apartamento não é passível de alterações estruturais, como ampliação e construção de novos cômodos; entre outros. O segundo motivo de crítica se refere à localização dos apartamentos: os moradores reclamaram da insegurança na Pedreira Prado Lopes, que é, de fato, a localidade com a maior taxa de homicídio em Belo Hori-

⁴⁴ O Programa Vila Viva na Pedreira Prado Lopes prevê uma série de intervenções ditas de “urbanização” na favela, a partir de recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento. Ver http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8178&lang=pt_BR&pg=5580&taxp=0&idConteudo=24349&chPlc=24349. Acesso em: 29 mai. 2011.

zonte⁴⁵ e sujeita à ação de gangues do tráfico de drogas (Zilli, 2004). A insatisfação quanto à opção dos apartamentos veio à toa em vários momentos das entrevistas com os moradores. Como disse Ana,

[O]s apartamentos é uma alternativa, mas é uma dívida também, que as pessoas além, do que já tem na sua despesa diária, estão assumindo para si, que é questão do condomínio, né? São várias questões.

[...] Porque, os apartamentos, nós fomos lá, eu estive lá pra ver. Uma gracinha. Mas o apartamento pra gente que está acostumado a morar no plano, na terra, aí você se vê num conjunto verticalizado, aonde não te dá condição de crescimento, é aquilo ali pra toda vida. Igual, um casal que começa, um casal que começou agora, agora ele não tem filho. Mas e no futuro? É o quarto do casal, mas se tiverem filho, vai ter que dormir um na sala ou então outro no quarto. Porque aí, como é que faz, né? Como é que faz? (Ana, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Também a moradora Carla reclamou em entrevista que “muitos aqui tão indo pra apartamento oprimidos, por pressão deles. A [funcionária da Urbel] queria eu pegasse apartamento, eu falei ‘eu não vou pegar, eu não quero. Eu quero uma coisa que seja uma casa, pra eu dar futuro pros meus filhos. Agora o que vocês querem eu não vou pegar não.’”

Já a moradora Aparecida opinou, em entrevista, que a alternativa dos apartamentos na Pedreira Prado Lopes foi estratégia da Prefeitura como forma de desmobilização da comunidade, já que “quase ninguém” os quis. Tal opinião foi confirmada por outros moradores:

Aparecida: E outra coisa também, essa foi a forma que a Urbel, que a PBH, junto com a Urbel, junto com outros órgãos, encontrou [...] de reduzir nossa força, porque aqui, todo mundo junto, era uma resistência muito grande. Aqui, essa Urbel só entrou nas casas pra medir quando nós quisemos, quando nós aceitamos. Se até hoje tivesse as casas sem medir taria na justiça. Então, assim, o jeito melhor que eles encontraram pra não ter problema... Eu brinco assim, eles devem ter falado “aqueles favelado baderneiro da Antônio Carlos, vai cada um pr’um canto”.

[risos]

Aparecida: “Eles nunca mais vão se juntar”. E foi isso que eles fizeram. Perguntaram apartamento lá na Pedreira Prado Lopes que quase ninguém quis...

Neide: E cada um vai pr’um lugar...

⁴⁵ Como afirma Zilli (2004), dados estatísticos mostram que, em 2004, matou-se na Pedreira Padro Lopes quase dez vezes mais do que no restante da cidade.

Joana: Foi. Mas foi isso mesmo...

Ana: Pra desarticular...

Aparecida: Isso. Por que, o que que eles fizeram? Reduziram as forças. Por mais que você fala que não, esse povo da Urbel tomaram um susto, porque eles chegaram aqui, encontraram uma resistência muito grande e muito apoio.

Joana: Eles pensou que ia ser fácil (Aparecida, Neide, Joana, Ana, moradoras da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

A assistente social da Pastoral de Rua entrevistada estima que cerca de 25 famílias da Vila Recanto UFMG tenham optado pela opção do apartamento; já alguns moradores entrevistados estimarem esse número em 16; ou seja, uma minoria entre as famílias da Vila.

Por sua vez, a segunda opção de compensação pelo despejo dos moradores da Vila Recanto UFMG apresentada pela Prefeitura também é motivo de enorme insatisfação por todos os moradores entrevistados. De acordo com prática da PBH, uma vez que os moradores não possuíam legalmente a posse de seus terrenos, o valor da indenização monetária que lhes foi oferecido foi baseado apenas na avaliação das benfeitorias de suas moradias. Assim, os moradores da Vila ficaram muito frustrados ao serem noticiados do valor – muito abaixo do que esperavam - de suas casas segundo a avaliação da PBH via Urbel, como várias vezes comentado nas entrevistas:

Ana: Aí quando falou-se no famoso investimento-grana, aí muitas pessoas já acharam que uns 100mil, 50mil, 30mil, 20mil... Igual minha indenização mesmo... Pô, vou te contar, é ridícula. [...] Quando fizeram a minha avaliação lá em casa, né, me ofereceram R\$21.023, 30, beleza. Aí depois, ficou defasado, aí vieram de novo, me oferecendo R\$23.063,09. Aí eu falei “pô, não tiveram a dignidade de pelo menos me oferecerem até pelo menos 10 centavos.”

Fátima: É, mas tá melhor que o meu!

Ana: Chegou no nove, chegou numa nota boa, né? Acha que isso, muitas pessoas, acharam que isso ia resolver a vida.

Fátima: Acharam que ia resolver os problema.

Ana: Que que vale? Que que vale isso encima de tanta luta, tanto processo histórico que você vivencia, Que ninguém vai te tirar isso nunca?

Fátima: É!

Ana: Mas ao mesmo tempo, chega e te passa uma rasteira que joga seus sonhos, seus projetos de vida, tudo por terra

Fátima: Tudo por terra...

Ana: Por causa de uma ninharia.

Fátima: O dela foi até mais alto que o meu, por eles me ofereceram R\$18.260; não é bom. 18mil real aqui! 18mil real! Onde que eu vou achar uma casa, um barraco de 18mil real, me fala? Tem como?

Ana: E olha a região, hein. Olha a região. Não valorizaram nem o pedacinho de terra que a gente tá ocupando.

Fátima: É isso que você tá vendo, isso aí que tá acontecendo. É as humilhação que eles fazem com as pessoas (Ana e Fátima, moradoras da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Joana: Um dia, eu fiquei muito macha com a [funcionária da Urbel] aqui em casa, amiga. Ela, dentro da minha casa, uma casa que eu levei tempo pra conseguir, “você falar que a minha casa deu isso, se não tem uma alma viva nesse beco, a não ser nós duas, eu fecho essa porta aqui e te dou um couro. E quero ver como que você vai provar que eu te bati. Você é louca falar que a minha casa deu isso!”

Eu: Deu o que?

Joana: 17.546. “Você é louca, que é uma coisa que a gente leva uma vida toda pra adquirir!” [...] Eu pensei que a minha casa valia pelo menos uns 20, 25... (Joana, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte)

Aí eles falou “não, nós vamos indenizar todo mundo.” Nós achou que a indenização deles seria boa, que ia dar pra comprar alguma coisa. Só que quando foi que eles pegou, que eles mediu todas as casas, fez o cadastro de todo mundo, tem casa que valeu 3 mil aqui. Como que você compra uma casa? [...] Aí eles falou “cês podem optar por apartamento.” Mas na Pedreira, [...] isso aí não é casa procê morar não. Ainda mais se você tem filho adolescente. Que hoje a criminalidade tá demais. [...] Você sai de um lugar desse pra ir pr’um lugar pesado? Pensa, Thiago... (Carla, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

No seguinte trecho da entrevista coletiva, os moradores falam da dificuldade em comprar outra casa com o valor da indenização, e reclamam ainda da opção dos apartamentos, exaltando o quanto a vida na comunidade Recanto UFMG é boa e tranquila:

Patrícia: Aqui é um lugar muito tranquilo.

Joana: Lugar perto de creche, de escola, universidade, Mineirão, supermercado, vizinhos bons.

Patrícia: Você chega no centro rapidinho em várias linhas de ônibus.

Ana: Aqui não tem perigo, você pode chegar a hora que você quiser.

Neide: Ih, aqui você amanhece o dia.

[...]

Patrícia: Tem a creche da UFMG aqui também. Tem aqui, tem aquela, a outra aqui na frente, perto da padaria.

Joana: Ih, menino, aqui a gente é cheio de opção.

Neide: É mesmo.

Patrícia: Graças a deus, né. Pena que vai sair, eu mesmo tou numa tristeza.

Neide: A gente tava aqui no papo e lembrando, quando que nós vamos conseguir fazer isso aqui novamente.

Patrícia: A união das pessoas.

Joana: Tem muita união...

[...]

Eu: Vocês tão na procura já de novo lugar?

Patrícia: [Tá difícil de achar!] É pouco dinheiro!

Neide: Muito pouco!

Joana: Se você pega dinheiro, se você opta por dinheiro, eles te dão esses 17mil. Cê vai pra onde? Se você opta pelo PROAS que é 30mil, eles dão pau nas casa tudo. Como é que você fica?

Patrícia: E os predinhos também, o local que eles colocou os predinho, são ruins de morar; eles fez muita sacanagem.

Joana: Não é um local bom.

Patrícia: Colocaram predinhos na Pedreira, sendo que aqui é um lugar tão tranquilo.

Joana: Podia ter construído tudo aqui pra nós.

Ana: Tão discriminando, né, o lugar, mas todos nós temos a consciência. Como que a gente vai sair daqui, tirar nossas crianças, nossos adolescente, pra depois você tomar uma bala perdida?

Neide: É complicado.

Patrícia: É a opção que nos ofereceram.

Joana: Você nunca vai poder sentar lá e fazer isso aqui [as três vizinhanças estavam sentadas na rua conversando e comendo pipoca há no mínimo uma hora].

Neide: Ah, não. Neste bate papo aqui todo, ó, quanto tempo nós tamo aqui?

Joana: E ri pr'um lado, e ri pro outro.

Ana: Ah, você pode até sentar, mas de repente, vem aqui e xiu [barulho e gesticulação de bala passando de raspão], monta na beijuda rapá!

Joana: Você não vai ficar descontraído igual tá aqui, você vai tar sempre preocupado, com medo.

Ana: A gente tem vezes que a gente cisma de fazer um churrascão aqui no beco, um Parangolê

[risos]

Ana: Todo mundo numa boa, não é?

O PROAS, ao qual a entrevistada Joana se referiu, é o Programa de Reassentamento de Famílias em Função de Risco ou Obras Públicas da PBH, que compõe a política municipal de habitação popular. Quando o imóvel é avaliado pela PBH em menos de R\$30 mil, há a opção para os moradores do Reassentamento Monitorado do PROAS, que concede R\$30 mil ao morador para a compra de novo imóvel, desde que ambos morador e imóvel se enquadrem nas exigências do programa. O morador não pode possuir outro imóvel em Belo Horizonte ou região metropolitana, não pode ter sido contemplado anteriormente por nenhum programa habitacional e sua renda familiar não deve ultrapassar cinco salários mínimos. Já o novo imóvel escolhido pelo morador a ser reassentado passa por uma vistoria técnica da Urbel, que só o aprova se ele não estiver localizado em área de risco geológico, se apresentar “segurança construtiva” e contar com infraestrutura urbana de água, luz e esgoto⁴⁶.

Assim, visto que, de acordo com os entrevistados, apenas três famílias tiveram seu imóvel avaliado em mais de R\$ 30 mil, o restante das famílias optou, quando não pelo apartamento, pelo Reassentamento Monitorado do PROAS. As exigências do Programa foram um dos principais motivos de reclamações dos moradores entrevistados, já que muitos moradores, então ainda sem saber onde iriam morar e sob a pressão do breve prazo do despejo, já tinham apontado outros imóveis que queriam comprar mas que foram reprovados por tal vistoria técnica.

Tal preocupação e insatisfação quanto ao Reassentamento Monitorado do PROAS é evidente, por exemplo, na fala da entrevistada Carla, moradora da Vila Recanto UFMG:

Carla: Ah eu tou me sentido muito mal, porque até agora eu não consegui encontrar uma coisa, eles tão pressionando a gente demais. **E todas as casas que a gente vai eles**

⁴⁶ Sobre o PROAS, ver:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&tax=8174&lang=pt_br&pg=5580&taxp=0&. Acesso em: 29 mai. 2011.

não aprova, joga a gente pra trás. [...] Às vezes nem vai no lugar e só liga pro dono e pergunta: “como que é a casa, como que é o terreno?” A pessoa explica e aí eles fala “ah não, então não tem como.” Aí você não pode comprar. Então não tem como! Eu acho que, eles tem que [...] reassentar onde que a gente quer, não onde que eles quer não. Não é? Não existe isso não. **Você acha uma casa, se tiver um burquinho no muro, eles te barram. Igual barrou [Fulana] várias vezes, barrou a outra menina ali várias vezes também.** [...] Eles não dão prazo mais não. [...] Dizem que eles já tão muito atrasados com a obra deles, não tem prazo pra gente não. Como é que a gente faz? [...] A menina [da Urbel] tentou fazer eu pegar [um apartamento], mas eu “eu não quero, eu não vou. Eu quero que vocês me dão a minha indenização pra eu comprar uma casa.” “Ah, você pode optar pelo PROAS.” **O PROAS é 30mil, mas se tiver um burquinho no muro, eles não te aprovam.** Então, como é que você faz? [...] Eu não queria mudar. Eu gosto muito daqui, gosto muito daqui. Meus filhos também não queriam ir embora.

Menina mais nova, filha de Carla: Nós somos acostumada aqui, né, mãe?

Carla: [...] Você não encontra casa de 27mil não, Thiago. É muito pouco. É 60 pra lá, 70mil. Se encontrar, é em favela, é em beco. Mesmo assim cê sai correndo o risco. Se tirarem você de lá, você não é indenizada de novo (Carla e filha, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte, grifos meus).

As reclamações quanto ao PROAS aparecem também em fala de Ana, ao criticar a pressão que os moradores vêm sofrendo pela Urbel:

Essa semana, eu estive com o [presidente] da Urbel. E ele falou que nós estamos muito devagar, eu falei “não, não estamos devagar. Estamos procurando. Mas geralmente é pau, não aprova. Aí, que que acontece...” Ele falou “uai, dona [Ana]. Procura no aluguel, entra no aluguel.” Você vai pegar esse dinheiro, que já é pouquíssimo, e vai pagar um aluguel? Aí de repente, quando pensa, já se foi, e você vai ficar a vida inteira na dependência, de um aluguel? Nós precisamos ter o reassentamento realmente, digno e justo (Ana, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Por outro lado, a Urbel e, em geral, a Prefeitura se mostram quase indiferentes frente a tais reclamações dos moradores. Como relataram moradores, advogado do SAJ e assistente social da Pastoral de Rua em entrevistas, a Prefeitura não faz mais que afirmar, como em resposta a tais críticas, que não fosse a obra pública do viaduto no local da Vila, os moradores seriam despejados sem nenhuma opção de reassentamento ou indenização.

Assim, esta fase do conflito em questão sinaliza que o mesmo será corrigido através da ação de desocupação da área da Vila Recanto UFMG, com algumas compensações aos atingidos, ainda que pouco satisfatórias na visão destes, graças à mobilização de seus moradores. Nesta fase, viu-se, como ressalta Turner (2008), o alcance em plena expressão das técnicas pragmáticas empregadas em especial pela Prefeitura para a

correção do conflito, visíveis em todo seu aparato normativo e técnico para a realização de remoções. Também alcançaram sua plenitude as ações simbólicas para tal, perceptíveis não só na argumentação que enaltece as benévolas compensações dadas pela Prefeitura, no uso de discurso e justificativas técnicos não-contrargumentáveis, e na pressão da Urbel com os prazos para o despejo, mas também na ininterrupção, uma vez iniciadas ainda em julho de 2010, das obras de construção do viaduto, que chegaram a bloquear a rua nos fundos da Vila,⁴⁷ e também na demolição das casas dos primeiros despejados, tão logo estes se mudavam.

Os prazos de despejo, aliás, alteraram-se ao longo do processo. Inicialmente colocados em dezembro de 2010, foram adiados, frente pressão da comunidade e do Ministério Público, para 30 abril de 2011. No momento das entrevistas com os moradores, estes contavam com este prazo, que chegaria em duas semanas, o que explica também sua preocupação dada a incerteza de seu reassentamento, latente nas entrevistas. Não obstante, voltei em visita à Vila no início de maio, quando me interei, em conversa com moradores, que o prazo havia sido adiado para o dia 15 daquele mês. Por volta deste dia, os últimos moradores estavam em mudança e várias casas estavam sendo destruídas por trator da Prefeitura, o que ainda acontece enquanto escrevo este texto.

3.3.4. Reintegração: a nova moradia

A última fase do conflito, que Turner (2008) chama de “reintegração”, seria, para este autor, a oportunidade do “observador científico” fazer um balanço. No entanto, visto que o conflito aqui apresentado ainda está em curso, tal tarefa de balanço só pode ser desenvolvida através de construções hipotéticas, baseadas, por um ponto, nas expectativas dos moradores despejados e, por outro, na literatura, tanto de caráter teórico ou empírico, sobre o tema, e numa análise social mais abrangente sobre o processo. O

⁴⁷ A princípio, como relataram moradores e assistente social da Pastoral de Rua em entrevistas, as obras aconteciam de dia e de noite. O barulho e poeira constantes muito incomodavam os moradores, em especial à noite, chegando inclusive a provocar problemas respiratórios. Como relatou a entrevistada Ana, os moradores pressionaram a SUDECAP – órgão da Prefeitura responsável pela obra -, que, por fim, determinou que a obra só ocorreria de dia.

segundo ponto, tento desenvolver ao longo de todo este trabalho, mas principalmente no próximo capítulo. Já o primeiro, apresento brevemente em seguida.

Não só quando por mim perguntados sobre o que esperavam da nova moradia, mas também espontaneamente em outros momentos das entrevistas, os moradores da Vila Recanto UFMG expressaram suas expectativas de futuro. Os que ainda não sabiam para onde iriam mudar se mostraram muito preocupados e aflitos, em vista às dificuldades de se achar uma nova casa e ao prazo apertado da Urbel. Esta preocupação se traduz na brincadeira de duas crianças, que, durante a entrevista com sua mãe, disseram que iriam morar “embaixo do viaduto”. Todos os entrevistados se apresentaram muito pesarosos quanto ao despejo da Vila, onde, com muito custo e ao longo dos anos, construíram suas casas e constituíram uma “verdadeira comunidade”, “tipo uma família”, como se notou nos relatos sobre a formação da ocupação, apresentados no capítulo anterior. Frente a isso, muitos apontaram como lastimável a perda de contatos e dos laços comunitários após o despejo, além do distanciamento entre membros de um mesmo grupo familiar, como no caso da entrevistada Aparecida. As filhas, netos, irmãs e mãe de Aparecida, que sempre moraram juntos ou foram vizinhos, vão para bairros e cidades diferentes. Em entrevista, Aparecida apontou sua preocupação com sua mãe, que, já idosa, iria passar a morar distante da maior parte das filhas. Aparecida também disse estar apreensiva com a situação de sua filha mais nova, mãe de um menino de cinco anos – frequente na creche da UFMG e muito amparado pela avó no dia a dia -, e que ainda não sabia para onde iria mudar.

No dia que passei junto à comunidade para realização de entrevistas, pude observar o quanto o pequeno espaço público no interior da Vila, composto basicamente por um beco, é utilizado como área de encontro, palco de longas conversas entre vizinhos, cafezinhos e incessantes brincadeiras de crianças. Vários moradores transitavam pelo beco, e as entrevistas feitas ali eram muitas vezes interrompidas por um cumprimento ou curto bate-papo com os vizinhos transeuntes.

Neste mesmo dia, presenciei, enquanto fazia entrevistas neste mesmo beco, a mudança de uma moradora, que era ajudada por vizinhos no transporte de seus móveis. Al-

guns entrevistados comentaram sobre o pesar que sentiam ao ver seus vizinhos se mudando. Ao me mostrar as casas dos ex-vizinhos que já haviam sido demolidas, duas moradoras choraram. Muitas mães entrevistadas também demonstraram preocupação com a questão da escola – se, na localidade da nova moradia, encontrariam vaga na escola ou se quer escola para seus filhos. Em suma, todos externalizaram e verbalizaram seu sentimento de tristeza e profunda insatisfação – inconformada ou não – com o processo de despejo.

Além disso, percebe-se desde já que o despejo dos moradores dessa área valorizada e central e as limitadas possibilidades de compra de moradia frente ao valor da indenização recebida configuram-se, num âmbito mais geral, no processo de periferização ou metropolização da pobreza, ou, como alguns moradores mencionaram, expulsão dos pobres da cidade. De fato, os bairros ou cidades apontadas pelos moradores como seu destino ou de seus vizinhos após o despejo são muito distantes do centro de Belo Horizonte e mesmo da Pampulha: bairro Ribeiro de Abreu (BH), Justinópolis, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Ibirité.

Neste sentido, os entrevistados demonstraram pesar em se mudarem para tão longe e por saírem de uma área com tantas facilidades, geralmente listadas em: emprego, várias linhas de ônibus, curta distância do centro, escolas, creches, posto de saúde, universidade. Alguns, como a entrevistada Carla, temem perder o emprego, já que devem se mudar para longe do atual emprego na Pampulha ou Região Norte de BH.

Na entrevista coletiva, após breve intervenção da (ex-)vizinha em mudança que veio se despedir, tocou-se em vários desses aspectos do processo de mudança:

Aparecida: Você acaba perdendo... Perde muita referência, né amiga.

Vizinha em mudança: Eu vou morar na casa da minha mãe. Por enquanto ainda não [achei outra casa]. Aí com o dinheiro na mão a gente faz as coisas com calma, né. Pensa com calma. Deixa eu ir.

Várias: Vai com deus [...].

[Despedidas]

Ana [para vizinha em mudança]: Ó, depois você traz os meninos aqui pra eu dar um abraço, hein!

Vizinha em mudança: [de longe] Pode deixar, trago sim.

Aparecida: Oh gente, [meu neto] tá tristonho. [Ele] não ficou muito alegre não.

Neide: O meu [filho], essa semana, começou a chorar...

Aparecida: Sabe qual é a única coisa ruim quando você muda assim dessa forma? É porque... a gente perde o contato.

Joana: É...

Neide: É o que eu tava falando aqui, agora, a gente não sabe quando isso [conversa entre vizinhas no beco] vai acontecer de novo...

Aparecida: Porque quando você muda assim, igual no meu caso: “ah, eu cansei de morar aqui, vou mudar”. Aí no dia que eu quiser, eu vou lá ver Joana, na [Fulana]. Agora, quando acontece uma desapropriação igual o caso aqui, você acaba perdendo o contato.

[...]

Neide: E a escola? Que uma das coisas que mais tá pegando a gente é a escola. Porque seus filhos tão habituados, tão no ritmo de rotina, de amizade e tal, e você pega as crianças e leva pr'um bairro que você não tem noção, como que é, como vai ser.

Aparecida: Eu acho que [meu neto] vai sentir demais o impacto de sair dali.

Neide: Não, o meu! Eu fiquei boba, o [meu filho] chorou essa semana, chorou, e eu tentando acalmar ele, e ele chorava, chorava “mamãe, mas pra onde que a gente vai mesmo? E meus amigos, e a turma?” Eu falei “ah”... [suspiro] E como você vai explicar pr'uma criança, que tem que recomeçar? (Aparecida, Ana, Neide e Joana, moradoras da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Também os seguintes trechos de entrevistas são dignos de leitura:

[Espero que o lugar que eu encontrar pra nova moradia] seja um lugar bom, igual esse aqui. Acho que igual esse aqui a gente não vai encontrar nunca mais. Esse aqui é tranquilo demais. A gente quer que Deus envia um lugar bom, pra minha vida e pra vida e dos meus filhos, pra gente ter paz igual a gente teve aqui. (Carla, moradora da Vila Recanto UFMG).

Fátima: Teve um que foi pra Betim também. E a mulher de [Fulano]?

Paulo: A mulher [dele] foi pra Justinópolis.

Fátima: Justinópolis! Cada um tá espalhando, vai saindo, vai espalhando. Quem era unido aqui, agora, cada um caça o seu lugar. (Fátima e Paulo, casal morador da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).

Nós já estamos, né, nessa pressão, nessa angústia, de termos que sair desse local, porque... uma região igual essa – ih, nunca mais, meu irmão. Onde você tem todas as facilidades de várias linhas de ônibus... Você vai se limitar a ir pr'um bairro onde só tem uma linha de ônibus e às vezes bem distante, assim, simbólico preço ilusório, você vai ter que se afastar cada vez mais da sua cidade. É complicado...

[...] Então... tem essa juventude toda que cresceram aqui, né... agora vem o processo de mudança, no meio de ano; minha filha tem 15 anos, nunca foi transferida de escola, agora ela já tá assim “poxa, a primeira vez que eu vou ter que mudar de escola, e ainda praticamente no meio do ano”. Pro lugar que nós vamos, sem saber o destino certo, se optamos pela indenização ou pelo PROAS, sem ter um destino certo, fica impossibilitado de você já estar indo na região que você está optando por morar, já começar pelo menos a ver se tem vaga pro seu filho não perder mais um ano escolar...

[...] É mais fácil você investir no concreto, numa alça de um viaduto, e retirar, como lá se diz, a pobreza, esconder as pessoa. Não é pobreza; pobre são eles que não enxergam o valor do ser humano, isso que é a pobreza maior. A Prefeitura prefere investir em praças, em viadutos do que investir na pessoa humana. Isso é doído, isso é muito triste, isso é pobre demais.

[...] Então isso vai mexendo muito com o emocional das pessoas, né? Porque você está saindo de uma comunidade... estão sendo separados esses laços de amizade... então é um processo muito doído, que mexe com a gente e tá mexendo por demais. Tem pessoas que tão assim, poxa, iremos encarar... recomeçar; é um recomeço de vida. Mas... um recomeço que você chega e agrada de um espaço e ali não pode, aí tá ficando muito complicado, porque... tá difícil achar nesse valor... E uma outra coisa, que é um processo muito louco, para que isso não venha acontecer novamente... Quando precisar haver qualquer desapropriação... Porque está aí, né, a simbologia: evento copa. Então é uma maquiagem pra inglês ver, né? Maquiando a cidade através do sofrimento das pessoas, né... Então mexe muito estruturalmente com as nossas vidas (Ana, moradora da Vila Recanto UFMG, entrevista, 17/04/2011, Belo Horizonte).



FIGURA 11 – O beco da Vila Recanto UFMG em processo de demolição. 08/06/2011.

E como tá [sendo uma falta de respeito], tirar as pessoas, né... Igual, todo mundo aqui sabe as lutas que já teve aqui, das lutas que nós tivemos aqui [...] Agora pra chegar nessa hora, sair pr'um canto, outro pro outro lado... Sair porque tem que sair, porque querendo sair ninguém tá. Por conta de um viaduto [...]. **Por conta de uma bola, que vai rolar um mês, vai retirar esse monte de família aqui.** Que é uma moradia digna, moradia de família. As pessoas estão saindo aqui praticamente com o coração doendo. Muitas tão saindo com o coração doendo, porque não quer sair. É um lugar aqui, aqui é todo mundo, um lugar... (Fátima, moradora da Vila Recanto UFMG, 17/04/2011, Belo Horizonte, grifos meus).

Por fim, as imagens em seguida ilustram o processo de remoção da Vila Recanto UFMG. As fotos foram tiradas ao longo do processo: no fim de semana logo antes do prazo final de mudança (7 e 8 de maio) e em junho.



FIGURA 12 – Casa na Av. Antonio Carlos nº 7070. 08/06/2011.



FIGURA 13 – Coleta de entulho das casas destruídas na Vila Recanto UFMG. 08/06/2011.



FIGURAS 14 e 15 – Empregados da prefeitura trabalham na destruição das casas. 08/06/2011.



FIGURA 16 – Entulho dentro de uma casa semi-destruída. 08/06/2011.



FIGURAS 17 e 18 – Criança assiste destruição de casa vizinha. 08/05/2011. Fotos gentilmente cedidas por Fábio Merladet.



FIGURAS 19 e 20 – Destruição de casa e crianças. 08/05/2011. Fotos gentilmente cedidas por Fábio Merladet.



FIGURAS 21 e 22 – Moradores pintam muro de casa antes do despejo. 08/05/2011. Fonte: CPAC-BH.



FIGURA 23 – Muro de casa restante. 08/06/2011.



FIGURA 24 – Casas dos últimos moradores. 08/06/2011.



FIGURA 25 – Área da Vila. À esquerda, Av. Antonio Carlos. 16/06/2011.

4. A COPA E A CIDADE

4.1. Planejamento urbano na era da globalização e os megaeventos

Como argumenta Harvey (1989a) ao discorrer sobre o processo urbano, a sobrevivência do capitalismo depende de uma intervenção cada vez maior do Estado, que, longe de ser neutro, sustenta as relações de poder inerentes ao capitalismo. Como discorrido nos tópicos 2 e 3.2, tais ações do Estado podem ser observadas nas intervenções urbanas que modificam o espaço em prol da criação de infraestrutura para produção, circulação, troca e consumo, ações essas evidentes não só na criação da Pampulha e nos investimentos no Vetor Norte de Belo Horizonte, mas também já na construção da nova capital.

Se o capitalismo possui um caráter evolucionário (Harvey, 1989a, p. 117), também o Estado vem mudando em acompanhamento a sua evolução. No final do século XX, quando a literatura põe em evidência a presente era como pós-modernidade⁴⁸ ou globalização⁴⁹, Harvey (1989b) destaca mudanças equivalentes no padrão da gestão urbana que merecem atenção no presente trabalho. Para o autor (1989b), nos anos 1970 e 1980, a governança urbana nos países de capitalismo avançado tem se preocupado cada vez mais com a exploração de novas formas de encorajar o desenvolvimento local. Harvey (1989b) diz poder-se perceber que a abordagem técnico-administrativa (*managerial*) típica dos anos 1960 foi continuamente substituída por formas de ação “empreendedora” ou “empreendedorista” (*entrepreneurialist*) a partir dos anos 1970. Em particular nos anos 1980, emerge um consenso geral no mundo capitalista avançado acerca dos benefícios das cidades tomarem uma postura empreendedorista ou empresarial frente ao desenvolvimento econômico, consenso este que parece trespassar fronteiras nacionais, políticas e ideológicas (Harvey, 1989b, p. 4).

⁴⁸ Harvey (1992) é um dos principais teóricos sociais a discorrer sobre a pós-modernidade.

⁴⁹ A exemplo de Giddens (1991) e Robertson (1998), ainda que este enfatize que o processo de globalização tem ocorrido ao longo da história.

De acordo com Harvey (1989b) e Compans (2005), esta consensual mudança de postura foi impulsionada tanto pela recessão dos anos 1970, marcada por desindustrialização, aumento do desemprego e austeridade fiscal, quanto - ligada a tudo isso - pela “crescente maré de neoconservadorismo” (Harvey, 1989b, p. 5). Neste processo de mudança, a ação dos poderes locais - em detrimento do poder nacionalmente centralizado - ganhou ênfase como forma de combater estes males. Tal ênfase está ligada ao processo de declínio do poder do Estado-Nação – típico da globalização - em especial no que se refere ao controle multinacional de fluxos monetários: investimentos são cada vez mais negociados entre atores locais e capital financeiro internacional. Assim, com o objetivo de atrair capital financeiro externo, os poderes locais fazem o melhor que podem para maximizar a atratividade do local (Harvey, 1989b, p. 5).

Configura-se, então, um mercado mundial de cidades, em que as cidades competem por investimento. Para Sánchez (2003), este mercado mundial de cidades, tendo como pano de fundo a retórica da globalização, emerge junto a uma concepção de cidade-mercadoria. Por sua vez, esta concepção mercantil da cidade e do urbano está intimamente ligada ao processo de empreendedorização ou empresariamento da gestão urbana do qual trata Harvey (1989b) - processo que vem se consolidando desde os anos 1970.

Os anos 1990, para Sánchez (2003), são o marco da consolidação em nível mundial das políticas e planejamento urbanos que tratam a cidade como mercadoria a ser vendida no mercado mundial. Na década de 90, o processo de renovação espacial pelo qual passou Barcelona, em preparação para o megaevento Olimpíadas de 1992, passou a ser considerado o exemplo mais bem sucedido de renovação e, por conseguinte, planejamento urbanos.

As intervenções urbanísticas de Barcelona para o megaevento de 1992 respaldaram-se também nos objetivos do seu “Planejamento Estratégico de 1990”, sendo que um deles era, como reproduzido em Salgueiro (1994, p. 171): “consolidar Barcelona como uma metrópole empresarial europeia (...), socialmente equilibrada.” Assim, além da construção da estrutura para os Jogos Olímpicos, várias outras intervenções urbanas foram

feitas na cidade, principalmente intervenções viárias, construções de novos pontos turísticos e espaços comerciais e de lazer, de forma a promover a recuperação de áreas consideradas degradadas e em seguimento ao Planejamento Estratégico (Januzzi; Razente, 2007). Tais obras foram geridas principalmente através de parcerias público-privadas.

Nesse sentido, Harvey (1989b, p. 7) ressalta que uma característica central dessa nova forma de gestão local que ele chama de empreendedorismo urbano é tal noção de parcerias público-privadas, nas quais poderes governamentais locais mobilizam-se frente a atores privados para atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos ou novas fontes de emprego. Aqui vale a pena destacar que quase que a totalidade das obras em preparação para a Copa do Mundo da FIFA 2014 no Brasil se enquadram como parcerias público-privadas, inclusive a obra de construção do viaduto no lugar ocupado pela Vila Recanto UFMG. Mais além, Harvey (1989b) observa que a partir da ação das parcerias público-privadas pode-se generalizar que o empreendedorismo urbano foca muito mais na “economia política do lugar do que do território”; em outros termos, projetos de construção de lugares (e.g. novo aeroporto, novo ponto turístico, novo shopping, nova via) têm, por seu caráter especulativo ou possivelmente rentável, preferência quanto a projetos do território em geral (habitação, educação, saúde, etc.).

Da mesma forma como este novo empreendedorismo urbano e a noção de parcerias público-privadas tem se consolidado mundialmente, também as estratégias envolvidas no planejamento urbano de Barcelona nos anos 1980 e 1990 alcançaram tal reconhecimento mundial de modo que se tornaram modelo de “fazer cidade próprio da virada do século” (Sánchez, 2003, p. 52). Este modelo barcelonês tem encontrado desde então amplos canais de difusão na América Latina e particularmente no Brasil, por meio de consultorias internacionais e sob influência legitimadora de agências multilaterais - Banco Mundial, Agência Habitat, etc. (Sánchez, 2003, p. 53).

Afirma-se, então, um paradigma de planejamento urbano orientado para o mercado, que Compans (2005) chama de urbanismo empresarial. Ao mesmo tempo, consolida-se o paradigma de gestão urbana empreendedorista. Nessa direção, Vainer (2003)

destaca que produtividade, competitividade e subordinação dos fins à lógica do mercado são os elementos que caracterizam este novo modelo de gestão e planejamento urbanos ou, como o autor chama, esta cidade-empresa. A partir desta concepção, “a cidade é vista como agente econômico que age a partir de expectativas geradas pelo e no mercado” (Vainer, 2003, p. 86).

Na mesma linha de Harvey (1989b), Sánchez (2003) ressalta que este projeto de cidade-empresa é uma resposta dos governos locais à globalização dos fluxos relativos às empresas e mercados, de forma a viabilizar, intensificar e atrair esses fluxos. Se a gestão urbana passa por este processo de empresariamento, também a figura da liderança política urbana tem sido recorrentemente construída como empreendedora e, nos termos de Güell (1997 *apud* Sánchez, 2003), “enaltecida sobretudo pela competência técnica capaz de situá-los acima da política, requisitos tidos como indispensáveis do ‘prefeito empreendedor’ ou dos agentes portadores da missão de desencadear planos e projetos estratégicos associados à reestruturação urbana.” O prefeito empreender é o portador do “discurso competente” (Chauí, 1981 *apud* Sánchez, 2003), passando a imagem de imparcialidade e conhecimento científico sobre as questões urbanas – e principalmente sobre a nova questão urbana da competitividade interurbana global.

Ao se analisar, através da mídia, as imagens criadas em torno dos recentes prefeitos de Belo Horizonte, percebe-se que tais tendências de empreendedorização do discurso e imagem políticos também são visíveis nesta cidade, em especial na figura do atual prefeito Marcio Lacerda. Este se elegeu em uma campanha que elucidava sua competência técnica enquanto administrador de empresas e sua postura política apartidária, em sinal de comprometimento com a cidade e não com ideologias políticas⁵⁰. Construiu-se, assim, uma imagem de “prefeito empresário”⁵¹.

⁵⁰ Na “Aliança por BH”, coligação do prefeito Márcio Lacerda, incluíam-se partidos de todo o espectro político, como por exemplo o PT e até mesmo –ainda que informalmente - o PSDB. Durante sua campanha, raramente alguma sigla partidária era vinculada à imagem do então candidato Lacerda.

⁵¹ Ver, por exemplo:

http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_20/2008/07/17/em_noticia_interna,id_sessao=20&id_noticia=71953/em_noticia_interna.shtml e

Foi também na atual gestão de Marcio Lacerda que, nos moldes de Barcelona, a PBH lançou o “Planejamento Estratégico Belo Horizonte 2030”. Neste documento, estão previstas várias metas que devem ser alcançadas através de políticas urbanas municipais (chamadas de “estratégias de desenvolvimento”) nos próximos 20 anos. Entre as diversas metas gerais, destacam-se: ser “uma metrópole de projeção internacional e economicamente atrativa, impulsionada pelo ambiente de negócios dinâmico e desburocratizado” (Belo Horizonte, 2010, p. 13); “criar ambiente propício ao desenvolvimento de negócios para promover, atrair e manter investimentos produtivos privados”; e ser uma cidade “limpa e organizada” (Belo Horizonte, 2010, p. 23).

Vale a pena notar que, para o alcance das estratégias do Planejamento Estratégico Belo Horizonte 2030, afirmou-se neste mesmo documento que “a materialização da Estratégia de Desenvolvimento exigirá [...] forte consenso e coesão social em torno do projeto de futuro desejado” (p. 26), entre outras afirmações do gênero. Isto conflui com a atual tendência que Vainer (2003) chama de “cidade-pátria”, em que se procura negar a dimensão do conflito, promovendo uma ideia de consenso geral para implantação inquestionável de projetos urbanísticos. Tal tendência foi também evidente nas estratégias de discurso utilizadas pelos representantes do Estado no “Seminário Copa Sustentável”. Em vários momentos, falou-se em “Belo Horizonte” como um agente único dotado de necessidades, como em “Belo Horizonte precisa de mais hotéis”, etc. Em outros, falou-se em “nós brasileiros”, como na frase do representante do Ministro do Esporte: “[a copa] é uma oportunidade que nós brasileiros não podemos deixar escapar”.

No geral, a busca da imagem da “cidade boa para os negócios”, “limpa e organizada” é recorrente em planos estratégicos de diversas metrópoles (Sánchez, 2003). Nesse contexto, Vainer (2003) destaca que o Planejamento Estratégico Urbano, de uso e difusão crescentes também no Brasil, é um instrumento inspirado em conceitos empresariais e, assim, mais um sintoma do empresariamento e mercantilização das cidades.

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:psFVTCBQH9MJ:www.revistaencontro.com.br/edicao/103/o-prefeito-empresario+marcio+lacerda+empres%C3%A1rio&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&source=www.google.com.br>. Acesso em: 7 jun. 2011.

Para Vainer (2003), ao mesmo tempo que as cidades – enquanto gestão urbana - se assemelham mais a empresas, as cidades – enquanto espaço e representação simbólica do espaço - também se tornaram mercadorias. Tornaram-se, sobretudo, mercadorias de luxo, destinadas a um grupo de elite de potenciais compradores nacionais e internacionais (Vainer, 2003, p. 83).

Em suma, para usar as analogias de Vainer (2003), o prefeito-empresário da cidade-empresa conta com (neo)planejadores urbanos que, em expressão à lógica mercantil da produção do espaço, buscam moldar a cidade-mercadoria para vendê-la no mercado mundial. Sánchez (2003, p. 548) ressalta que

para a potencialização dessa venda, uma combinação de transformações materiais e representações, reunidas em imagens-síntese, são acionadas como atributos mercadológicos do produto-cidade, construído por meio de um instrumento que ganha centralidade nas políticas urbanas: o *city-marketing*.

Como uma estratégia que se soma ao – e ao mesmo tempo contida no – planejamento estratégico, o *city marketing* nada mais é que um “mecanismo institucional de promoção e venda das cidades” (Sánchez, 2003, p. 55). A aplicação de tais transformações materiais às quais se refere Sánchez (2003, p. 548) implica um processo de regeneração urbana, que, por sua vez, retroalimenta a promoção imagética das cidades. Como explica Harvey (1989b),

Gentrificação, inovação cultural e melhoramento físico do ambiente urbano [...], atrações (estádios esportivos, centros de convenção e shoppings [...]) e entretenimento (**a organização de espetáculos urbanos** temporários ou permanentes) de consumo, tudo isso se tornou facetas muito mais proeminentes de estratégias para regeneração urbana. Acima de tudo, a cidade **tem que aparecer** como um lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver ou visitar, para se divertir e consumir (Harvey, 1989b, p. 9, grifos meus).⁵²

Nota-se que a preocupação com a imagem e com o “ter que parecer” ditada pelo *city marketing* pode implicar na priorização da melhoria da paisagem frente à resolução de

⁵² Tradução minha. No original: “Gentrification, cultural innovation, and physical up-grading of the urban environment [...], consumer attractions (sports stadia, convention and shopping centres [...]) and entertainment (the organisation of urban spectacles on a temporary or permanent basis), have all become much more prominent facets of strategies for urban regeneration. Above all, the city has to appear as an innovative, exciting, creative, and safe place to live or to visit, to play and consume in”.

questões estruturais, ou mesmo na redefinição de problemas estruturais urbanos como questão paisagística. Como destaca Vainer (2003, p. 82) em análise do Plano Estratégico do Rio de Janeiro, o diagnóstico deste plano apontou como um dos problemas a “forte visibilidade da população de rua” e “o peso da pobreza” como um componente do “entorno social.” Assim, já que não se enquadram como possíveis consumidores da cidade-mercadoria, os pobres são vistos como entorno ou ambiente (Vainer, 2003). Obviamente, problemas urbanos, quaisquer que sejam, são desassociados da espetacular imagem de cidade que o *city marketing* promove.

Como lembra Harvey (1989b, p. 9), “espetáculo e *display* se tornaram símbolos da comunidade dinâmica⁵³.” Os eventos internacionais aparecem, então, como uma oportunidade de mostrar esse dinamismo urbano e fazer com que a cidade enquanto cidade-espetáculo ganhe notoriedade no cenário mundial, em especial quando se trata de megaeventos globais, como a Copa do Mundo da FIFA, cujo número de telespectadores chega a bilhões⁵⁴. Além de proporcionar ampla visibilidade mediática, megaeventos podem atrair para cidade fluxos de capital e de pessoas - que, em geral, se enquadram entre as desejadas, ou seja, solváveis (Hall, 2006).

Assim, é justamente no contexto do sedimento de megaeventos que, como em Barcelona e em outros casos, o instrumento *city marketing* alcança grande desenvolvimento e é sustentado também por ações de renovação urbana (Seixas, 2010).

Este desenvolvimento do *city marketing* é hoje latente em Belo Horizonte, cidade que, comparada a outras metrópoles brasileiras e apesar de sua importância demográfica, é notoriamente desconhecida no cenário internacional, em especial no setor do turismo. O sedimento do megaevento Copa do Mundo da FIFA 2014 tem desencadeado uma maior preocupação dos gestores-empresendedores com a imagem da cidade e com as estratégias de intervenção urbanística em prol dessa imagem. Isso é refletido inclusive

⁵³ Tradução minha. No original: “Spectacle and display become symbols of the dynamic community.”

⁵⁴ Estima-se que a Copa do Mundo da FIFA Japão e Coreia do Sul 2002 teve uma audiência cumulativa de 28,8 bilhões de telespectadores (Madrigal *et al.*, 2005, p. 182 *apud* Horne; Manzenreiter, 2006, p. 3).

na inédita elaboração do já referido instrumento Planejamento Estratégico BH, que já prevê a necessidade da garantia de infraestrutura para o evento, “projetando BH no cenário internacional como polo turístico sustentável” (Belo Horizonte, 2010, p. 53).

No “Seminário Copa Sustentável” em 05 de abril de 2011, o secretário municipal do Comitê Executivo da Copa em Belo Horizonte, ao comentar sobre as diversas obras em preparação ao megaevento, falou que a cidade passaria por uma “requalificação urbana” e destacou que seriam feitos vários projetos de embelezamento e paisagismo. Tanto o secretário municipal quanto o secretário estadual extraordinário para a Copa do Mundo de Minas Gerais enfatizaram a importância do megaevento como “a grande oportunidade” para o turismo da cidade e região. Na ocasião deste seminário, distribuiu-se ao público o novo e trilingue material de divulgação turística da cidade, cuja nova marca gráfica é acompanhada do slogan “A cidade que conquista”.

4.2. Megaeventos e alguns impactos socioespaciais

Grande parte da discussão acadêmica sobre o tema megaeventos e da discussão pública em curso hoje no Brasil sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014 gira em torno das consequências do sedimento do(s) megaevento(s) para a cidade-sede e sua população. Não tenho aqui a pretensão de discorrer sobre todas essas possíveis consequências; foco-me apenas nos impactos socioespaciais referentes à moradia, após a breve introdução que se segue.

Esquemáticamente, as opiniões divergentes na discussão deste tema podem ser divididas entre as que frisam os impactos positivos do megaevento e as que enfatizam seus impactos negativos. No “Seminário Copa Sustentável” (já mencionado no tópico anterior), todos os palestrantes enfatizaram sistematicamente e positivamente o “legado da Copa” para Belo Horizonte, em especial o secretário municipal do Comitê Executivo da Copa. Em conformidade com opiniões muito difundidas, o secretário afirmou que a Copa geraria muitos empregos, sendo “uma alavanca para o desenvolvimento social, econômico e cívico”. Além disso, explicou que dentro dos vários projetos urbanísticos em curso na cidade, boa parte deles se enquadrariam no “legado” da Copa. Respondendo

uma urbanista na plateia que o questionou sobre o que seria afinal este legado, o secretário disse que o principal legado seria a mudança que a Copa ocasionaria no comportamento das pessoas: estas aprenderiam a se comportar melhor, chegar pontualmente aos jogos, sentar no lugar marcado nos estádios, não jogar lixo no chão, não pichar a cidade...

Por outro lado, para além de possíveis impactos econômicos negativos⁵⁵, cada vez mais autores do campo das ciências sociais têm problematizado os impactos sociais e espaciais dos megaeventos, em especial no que se refere à questão da moradia. Para Silvestre (2009), este aumento no interesse acadêmico sobre megaeventos pode ser interpretado como um contrabalanço ao discurso otimista que os legitima.

Para Broudehoux (2010, p. 31), no contexto do sedimento de eventos internacionais, “esconder a parte pobre e servir a interesses específicos é o que vemos em qualquer lugar”, já que a visão de cidade global perseguida pelo *city marketing* é de uma cidade eficiente e moderna onde não haja pobreza.

Em especial nos países do Terceiro Mundo, afirma Davis (2006, p. 111), “os pobres temem os eventos internacionais de alto nível – conferências, visitas de dignitários, eventos esportivos, concursos de beleza e festivais internacionais -, que levam as autoridades a iniciar cruzadas de limpeza da cidade”. No que se refere a megaeventos esportivos, Davis (2006) destaca o emblemático caso das Olimpíadas de Berlin, ainda em 1936: centenas de moradores de cortiços e, principalmente, moradores de rua foram expulsos de certas áreas da cidade.

⁵⁵ Horne e Manzenreiter (2006) sustentam que, apesar dos principais argumentos utilizados por governos ao decidir sediar megaeventos frisarem a geração de renda e emprego, muitas vezes estas expectativas não são atendidas como previsto. De acordo com os autores (2006), o caso da Copa do Mundo da FIFA 2002 no Japão e Coreia do Sul é emblemático: estimou-se um aumento no fluxo de turistas em um milhão de pessoas; no entanto, esse número não passou de 30 mil. Além disso, Horne e Manzenreiter (2006) questionam a metodologia dos estudos de impacto econômico, que tende à supervalorização dos resultados positivos (ao passo que os governos subestimam os custos), além de não levarem em conta fatores qualitativos. No caso de Barcelona, por exemplo, frisou-se positivamente o aumento do número de empregos, mas não se levou em conta que a maioria destes era de curta-duração e mal paga (Malfas *et al.*, 2004, p. 212 *apud* idem). Horne e Manzenreiter (2006) ressaltam ainda que tais benefícios não são redistribuídos para a sociedade-sede, sendo apreendido principalmente pelos grandes patrocinadores.

Assim, os pobres são os mais vulneráveis frente a processos de regeneração urbana em preparação da cidade(-espetáculo)-sede de megaeventos. Como mostra o incipiente exemplo de Berlim, esta situação de vulnerabilidade é óbvia no caso dos mais pobres entre os pobres - os moradores de rua. Como ficou claro nos termos do já referido Planejamento Estratégico do Rio de Janeiro, moradores de rua são vistos – neste caso oficialmente - como um problema à imagem da cidade-espetáculo a ser visibilizada no cenário internacional. Planos de embelezamento ou higienização urbanos podem então implicar na resolução deste problema. Por exemplo, em Vancouver na ocasião dos Jogos Olímpicos de Inverno 2010, o governo local contratou agentes de segurança privados para a expulsão dos moradores de rua zonas comerciais, de acordo com a Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada (2011a). Já na ocasião da Copa do Mundo da FIFA 2002, 300 moradores de rua foram retirados do entorno do estádio de Osaka, enquanto a prefeitura de Seul delimitou certas áreas da cidade em que a presença dos sem-teto era proibida. Em Barcelona - modelo de regeneração urbana -, 400 sem-teto foram sujeitos a controle e supervisão de órgãos do poder público durante as Olimpíadas de 1992 (Cox *et al.*, 1994 *apud* Horne; Manzenreiter, 2006)

Em Belo Horizonte, ações de repressão a moradores de rua têm recentemente ganhado mais visibilidade pública, como apontam mídia⁵⁶ e recente entrevista com o prefeito⁵⁷, que justificou estas ações ao falar da preparação para a Copa do Mundo da FIFA 2014. Como relatou representante do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua em uma reunião do CPAC-BH, as apreensões dos pertences de moradores de rua e sua expulsão de determinados espaços públicos têm se tornado muito frequentes nos últimos meses em Belo Horizonte.

⁵⁶ Ver, por exemplo: <http://hojeemdia.com.br/cmmlink/hoje-em-dia/minas/morador-de-rua-da-capital-vivem-sem-documento-cobertor-e-dignidade-1.287321>. Acesso em: 08 jun. 2011.

⁵⁷ Ver: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/05/31/interna_gerais,230941/prefeitura-de-bh-apressa-obras-para-a-copa.shtml. Acesso em: 08 jun. 2011.

No que se refere especificamente à moradia, os impactos negativos de megaeventos podem ser principalmente de dois tipos⁵⁸. As intervenções urbanísticas feitas em preparação para o evento e que promovem a renovação urbana podem significar uma valorização imobiliária e gentrificação das áreas em questão, aumentando os custos da moradia e os custos de vida em geral naquele lugar. Assim, moradores mais pobres se vêm em curto ou médio prazo impelidos para outras áreas – em geral periféricas - onde podem arcar com estes custos.

O outro tipo de impacto negativo de megaeventos na moradia se dá de forma mais direta. As diversas intervenções urbanísticas, em especial projetos de infraestrutura viária, esportiva e turística, muitas vezes demandam espaço de tal forma que se faz necessária a obtenção de áreas ocupadas por moradias. Assim, como no caso da Vila Recanto UFMG, os moradores de tais áreas são removidos e, então, prédios e até vizinhanças inteiras são demolidos – não necessariamente nesta ordem⁵⁹. Tais despejos atingem em geral os pobres e outros grupos sociais vulneráveis (Naciones Unidas, 2009). Não raramente, também os projetos urbanísticos de embelezamento podem ser usados como justificativa para a demolição de bairros pobres e favelas (Naciones Unidas, 2009).

⁵⁸ De acordo com a Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada (2011), há também, ainda que em menor escala, um outro tipo de impacto: o que recai sobre as moradias de interesse social. Dados da Relatoria (2011) mostram, por exemplo, que as Olimpíadas de Atlanta 1996 ocasionaram a destruição de 1,2 mil unidades de moradia social, ao passo que Olimpíadas de Sydney 2000 resultaram no despejo de aprox. 6 mil moradores de moradias sociais. Já na paradigmática Barcelona, prometeu-se que os apartamentos da Vila Olímpica seriam posteriormente destinados para moradia social, o que não aconteceu – eles foram disponibilizados no mercado e comprados por famílias de classe média e alta (Horne; Manzenreiter, 2006, p. 12). De acordo com relatório (Naciones Unidas, 2009), é comum que a oferta de habitação de moradia social diminua durante nos anos que antecedem megaeventos. O estudo de Ley (2010) explica que, no contexto sul-africano nos anos anteriores ao sediamiento da Copa do Mundo da FIFA 2010, a valorização imobiliária e o aumento nos custos de materiais de construção devido à demanda para as obras da Copa fizeram com que também as moradias sociais se tornassem mais caras, inviabilizando tais políticas de habitação.

⁵⁹ De acordo com Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada (2011), COHRE (2007) e Davis (2006), há registros de casos de remoções em que a demolição das casas se deu antes da mudança de fato dos moradores ou mesmo sem que estes tenham sido avisados.

Ao passo que o primeiro tipo de impacto sobre moradia – via gentrificação – conta com poucos dados precisos, devido sua difícil mensuração – o que não significa que seja menos relevante -, há muitos dados sobre impactos diretos via despejos no contexto de megaeventos. O quadro a seguir compila alguns desses dados:

QUADRO 1 - Impactos de megaeventos na moradia em cidades de diferentes países

Cidade ou País / Evento(s)	Impactos principais na moradia
Shangai / Expo 2010	<ul style="list-style-type: none"> • 18 mil famílias despejadas do local do evento; • 400 mil pessoas deslocadas em resultado de desenvolvimento urbano relacionado ao evento; • Demolição de moradias de interesse social.
África do Sul / Copa do Mundo da FIFA 2010	<ul style="list-style-type: none"> • No mínimo 20 mil moradores de favela despejados.
Deli / Jogos da Commonwealth 2010	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de favelas resultando no despejo de 300 mil pessoas.
Pequim / Olimpíadas 2008	<ul style="list-style-type: none"> • 1,5 milhão de pessoas despejadas.
Atenas / Olimpíadas 2004	<ul style="list-style-type: none"> • Centenas de ciganos despejados de seus acampamentos.
Barcelona / Olimpíadas 1992	<ul style="list-style-type: none"> • 620 famílias despejadas para a construção de vila olímpica, estádio e anéis rodoviários.
Seul / Olimpíadas 1988	<ul style="list-style-type: none"> • 720 mil pessoas (15% da população da cidade) despejadas.
Santo Domingo / 5º Centenário da chegada de Colombo e visita do Papa - 1992	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução urbana de áreas centrais resultando no despejo de 180 mil moradores; • Construção de muros em frente a favelas.
Manila / Concurso de Miss Universo, visita do presidente da Gerald Ford e reunião do FMI-Banco Mundial - anos 1970	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de favelas resultando no despejo de 160 mil pessoas.

Fonte: Elaboração própria a partir de COHRE (2007), Relatoria especial da ONU para o direito à moradia adequada (2011a), e Davis (2006).

O quadro acima (QUADRO 1) dá uma ideia da relevância global do problema dos megaeventos e seus impactos na moradia. Nota-se que os despejos são práticas recorrentes durante o processo de regeneração urbana em preparação ao megaevento. O

número de pessoas despejadas é enormemente significativo em especial quando os megaeventos ocorrem em países em desenvolvimento: 160 mil em Manila, 180 mil em Santo Domingo, 300 mil em Deli, 720 mil em Seul e 1,5 milhão em Pequim. É significativo também que estas duas últimas cidades campeãs em despejos sediaram as Olimpíadas - evento inigualável no que se refere à visibilidade internacional conferida a uma única cidade-sede.

No Brasil, ainda é difícil prever quais serão os impactos da Copa do Mundo da FIFA na questão da moradia. Não obstante, sabe-se que obras em preparação para o megaevento já ocasionaram ou planejam ocasionar a remoção de moradores, quase que exclusivamente de bairros pobres e favelas, como relatado por diversos representantes de movimentos sociais das 12 cidades-sede em encontro nacional e confirmado por dossiê da Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada (2011b). Em especial no Rio de Janeiro, cidade que também sediará as Olimpíadas de 2016, conflitos em torno da remoção de várias favelas têm sido frequentes e algumas vezes um tanto violentos, chamando a atenção inclusive da imprensa internacional⁶⁰.

Em Belo Horizonte, a Vila Recanto UFMG foi a primeira comunidade a ser removida devido a obras de preparação para o megaevento de 2014. Além deste caso, outras Vilas devem ser removidas devido a obras de infraestrutura, como por exemplo as Vilas da Luz e da Paz. Os cerca de 2600 moradores destas duas vilas vivem nas imediações do Anel Rodoviário, que deve ser ampliado até 2014. As demais obras de ampliações viárias e de mobilidade, citadas no tópico 2.1.1 deste trabalho, também deverão ocasionar remoções, como confirmou representante da BHTrans no “Seminário Copa Sustentável.” As obras na Av. Dom Pedro I já removeram mais de 80 famílias. Para a abertura da Via 201 (ligação Via do Minério/Av. Teresa Cristina), a Prefeitura considerou de utilidade pública, para fins de desapropriação, cerca de 40 imóveis. Já as obras da Via 710 (ligação Av. Andradas e Cristiano Machado) prevêm a remoção de 84 famílias.

⁶⁰ Ver, por exemplo, http://www.elpais.com/articulo/internacional/cara/sombria/Brasil/elpepuint/20110519elpepuint_14/Tes e <http://www.rnw.nl/english/article/favela-families-displaced-ahead-world-cup-olympics>. Acesso em: 10 jun. 2011.

Por sua vez, obras no aeroporto da Pampulha devem implicar na remoção de favela em seu entorno. Também outras ocupações urbanas, frente à antiga ameaça de despejo, se sentem ameaçadas pelo processo de revitalização urbana pelo qual passa a cidade, como Dandara (900 famílias), Camilo Torres (140 famílias), Irmã Dorothy (130 famílias), Torres Gêmeas (180 famílias) (Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, 2011b).

Portanto, ainda que difícil de apreender todos os impactos dos megaeventos, percebe-se através dos exemplos internacionais que tais impactos na moradia são bastante graves. Estes impactos afetam especialmente setores mais pobres da população, justamente os que são prejudiciais à moderna e dinâmica imagem da cidade a ser vinculada no cenário internacional. Ao que tudo indica, esta tendência também é marcante no Brasil pré-Copa do Mundo 2014.

CONCLUSÃO

O problema da moradia – ou da falta de moradia – é latente na história das cidades brasileiras. Em Belo Horizonte, a questão é levantada com o surgimento de favelas já na construção da cidade no final do século XIX. Seu projeto urbanístico feito por Aarão Reis, baseado no modelo *hausmanniano* e precursor no Brasil do planejamento urbano funcionalista modernista, assim como o projeto kubitschek-niemeyeriano da Pampulha não previam a inclusão dos pobres na cidade. Muitos destes pobres, invisíveis a legislações urbanísticas e excluídos do espaço planejado, construíram suas casas e barracos no espaço restante, sob o risco que esta ocupação informal poderia significar.

Tal exclusão urbanística é ainda fortemente presente no Brasil, apesar de recentes avanços normativo-regulatórios com a aprovação do Estatuto das Cidades. Na prática, este instrumento não foi incorporado, como evidencia a decisão judicial acerca do destino da Vila Recanto UFMG. Construída desde 1995 pelos próprios moradores em um terreno abandonado na Pampulha, a Vila é um emblemático exemplo deste processo de exclusão.

No que se refere à noção de planejamento urbano, o conflito em torno da remoção da Vila Recanto UFMG se dá em um contexto diferente do das primeiras remoções de favelas em Belo Horizonte ainda no início do século XX. Acompanhando tendências globais, o modelo de planejamento modernista no Brasil tem sido substituído, principalmente a partir dos anos 1990, por concepções empresariais e empreendedoristas de planejamento urbano que se respaldam em semelhantes transformações no âmbito da gestão urbana em geral.

Em seu cerne, os dois modelos de planejamento urbano compartilham características centrais: ambos privilegiam as elites em detrimento dos pobres e de sua práxis urbana. Neste ponto, convirjo com Lefebvre (2008, p. 163) ao caracterizar o urbanismo: enquanto ideologia e enquanto instituição subordinada ao Estado, o urbanismo “estabelece um espaço repressivo representado como objetivo, científico, neutro”.

Talvez a principal diferença entre os dois modelos de planejamento urbano esteja especificamente em quais elites são beneficiadas: se o planejamento modernista privilegiava as elites *locais* - a exemplo da construção de Belo Horizonte -, o planejamento empreendedorista ou estratégico abrange as elites *globais* – turistas, *businessmen*, multinacionais e outros atores capazes de atrair fluxos internacionais de capital.

Nesse contexto, a alta visibilidade internacional da Copa do Mundo da FIFA 2014 aparece, para os gestores locais, como uma oportunidade de divulgar a cidade(-sede) frente a tais elites globais. De forma a moldar a cidade(-mercadoria) para tal, estratégias de *city marketing* vêm sendo ativadas pelos gestores e planejadores urbanos, como se percebe em Belo Horizonte pela reformulação da imagem turística da “Cidade que conquista”, pelo novo Planejamento Estratégico e pelas diversas intervenções urbanísticas em curso. Muito além de cumprir as exigências da FIFA ou preparar a cidade para a chegada dos turistas, estas intervenções urbanísticas tendem a por em curso, direta ou - através da valorização imobiliária - indiretamente, um processo mais amplo de regeneração urbana. Como dita o *city marketing*, este processo é norteado por valores considerados característicos do ideal de cidade global: dinamismo, limpeza, organização, etc.

Tais valores muito contrastam com a miséria urbana histórica e visivelmente marcante nas cidades do sul global. Assim, e como mostrei em perspectiva internacional comparada (tópico 4.2), as conseqüências para a população pobre podem ser drásticas. A regeneração urbana na busca de tal ideal de cidade implica na invisibilização dos pobres e demais grupos associados ao atraso, seja por muros, a exemplo do Rio pré-olímpico⁶¹, ou pela reapropriação e reformulação do espaço que os pobres ocupam. Expulsos de áreas gentrificadas por não poderem arcar com os elevados custos de moradia ou mesmo despejados pelo governo para dar lugar a novos parques, viadutos, etc, muitos pobres são impelidos para a periferia, ou para outros recantos da metrópole

⁶¹ Refiro-me aqui particularmente ao recente muro construído ao longo da Linha Vermelha (via de ligação aeroporto internacional – centro) e que separa a favela (Complexo da Maré) da via. O muro é estampado com imagens turísticas do Rio de Janeiro, como Corcovado, Pão de Açúcar, etc.

onde não são vistos. Não coincidentemente, a primeira comunidade a ser inteiramente despejada pelas obras pré-Copa do Mundo 2014 é a Vila Recanto UFMG. A Vila se localiza num ponto de ampla visibilidade turística: na Av. Presidente Antônio Carlos, principal via de acesso ao estádio-sede, a poucas centenas de metros do mesmo.

Por meio de uma análise situacional do conflito em torno da remoção da Vila Recanto UFMG, busquei mostrar como este drama social se enquadra em todo esse contexto. Encurralados, ilhados em um mar de valorização imobiliária promovida por intervenções urbanas públicas, os moradores da Vila Recanto UFMG enfrentaram desde 2000 a tentativa de reintegração de posse via poder judiciário por parte da imobiliária formalmente proprietária do terreno. O conflito foi marcado pela resistência dos moradores, que, organizados em rede com outras entidades (SAJ, Pastoral de Rua, Ministério Público, etc.), conseguiram impedir o despejo anunciado em ordem judicial em 2004, postergando-o para sete anos mais tarde. Ainda em 2004, a Prefeitura de Belo Horizonte dá entrada em desapropriação de parte do terreno ocupado pela Vila em razão de utilidade pública, já tendo em vista a construção ali de um viaduto que ligaria a Avenida Antônio Carlos à Av. Abrãao Caram. Passaram-se anos até que, após a nomeação do Brasil como país-sede e de Belo Horizonte como uma das cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA 2014, o projeto de construção do viaduto é desengavetado, aumentando a pressão sobre os moradores. Em 2009, a decisão judicial determina, para “restabelecer a paz social”, perda de causa às 65 famílias moradoras da Vila. Desde então, tensas negociações entre eles e a PBH via Urbel têm garantido o reassentamento ou indenização. O espaço anteriormente ocupado pela Vila deverá ser ocupado pelo viaduto. Enquanto escrevo esta conclusão, operários da PBH retiram os entulhos de demolição da área da Vila – hoje (9 de junho de 2011) composta somente por duas resistentes casas.

Não obstante a remoção ter se dado finalmente no contexto pré-Copa do Mundo 2014, é preciso observar que o conflito em torno da Vila Recanto UFMG é anterior a este contexto. Além da concreta ameaça de despejo em 2004, anos antes outra obra da Prefeitura ameaçou os moradores. Relatório da Pastoral de Rua da Arquidiocese de BH

(2004, p. 21) indica que, de acordo com moradores, ainda em 2001, a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP)⁶² ameaçou os moradores de remoção devido à obra de canalização do córrego que passava nos fundos da Vila. No entanto, após negociações, a situação foi revertida e a ameaça foi retirada.

Tal ameaça incipiente de remoção sob o propósito de uma obra pública remete também às coincidências espaciais envolvidas no projeto do viaduto em questão. Conforme o projeto, o viaduto se inicia exatamente a partir da área da primeira casa da Vila Recanto UFMG e termina exatamente na última. Como afirmaram entrevistados, a disposição do viaduto como tal e a impossibilidade de qualquer alteração foram justificadas por argumentos técnicos de engenheiro e outros funcionários da Prefeitura.

Tendo também em vista os exemplos internacionais, pode-se pensar que tanto a ameaça da SUDECAP em 2001 quanto a tecnicamente defendida precisão material-espacial do novo viaduto demonstram que intervenções urbanas públicas por vezes são usadas como justificativa para a remoção de favelas e, em geral, de pobres de determinadas áreas da cidade.

Ademais, as tentativas anteriores de remoção e o fato desta ter se consolidado apenas no contexto pré-Copa do Mundo 2014 demonstram duas coisas. Por um lado, mostram que a criação de consenso em torno de projetos urbanísticos - típica ferramenta do planejamento empreendedorista ou estratégico - é intensificada frente a megaeventos, tendendo à anulação da dimensão do conflito ou à sua resolução, em prol do desenvolvimento da cidade-pátria-sede. Tal noção de consenso público é particularmente agravada no contexto brasileiro atual, tendo em vista não só o apertado prazo de execução das obras pré-Copa mas principalmente toda a carga simbólica envolvida no sediamen- to da Copa do Mundo da FIFA aqui no “país do futebol”. Tudo isso contribui para o aba- famento de manifestações contrárias ao sediamen- to e a qualquer obra relativa ao me-

⁶² A SUDECAP é um órgão público ligado a Prefeitura de Belo Horizonte responsável por executar obras de infraestrutura urbana e pelos bens imóveis públicos. Também a obra do viaduto em questão é de responsabilidade da SUDECAP.

gaevento - dificuldades sentidas por alguns movimentos sociais, como o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa de BH.

Por outro lado, tais fatos evidenciam que os megaeventos, ainda que não sejam a principal ou única causa de remoções ou intervenções urbanas, são de fato potentes alavancas para essas intervenções públicas de regeneração urbana.

Megaeventos configuram-se, portanto, como um catalisador de desenvolvimento e acumulação capitalistas. Neste processo, o Estado com suas diversas e contextualmente adaptáveis ferramentas da gestão e do planejamento urbanos aparece como um agente central. É ele que em grande medida promove as transformações no espaço e garante as condições infraestruturais em prol do capital, ainda que para tal seja preciso tirar possíveis entraves humanos do caminho do desenvolvimento.

Por fim, nos resta indagar sobre o que espera estes removidos e despejados. Em seguimento à tendência atual de metropolização da pobreza, a maioria dos agora ex-moradores da Vila Recanto UFMG mudou-se para a periferia metropolitana, onde pôde adquirir imóveis compatíveis com o valor da indenização concedida pela Prefeitura. Certamente esta mudança terá grandes implicações para suas vidas. Alguns moradores, como Carla, se preocupam se conseguirão manter o emprego, devido a difícil mobilidade entre o novo local de moradia e o local de trabalho. Já como no caso da moradora Aparecida, muitas famílias que sempre viveram no mesmo local serão separadas, o que, especialmente no caso de famílias pobre e tão inseridas em redes familiares de solidariedade, pode ter importantes consequências. Como os (ex-)moradores da Vila Recanto UFMG se inserirão nas redes sociais das novas vizinhanças, como se adequarão à nova moradia, se os laços antigos serão mantidos ou quebrados, enfim, o que esta mudança significará para seu futuro são perguntas que ainda e aqui não são cabíveis de respostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luiz Felype Gomes. *Formação e recuperação de “mais-valias fundiárias urbanas”*: dos conceitos de renda da terra ao caso do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2009. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Legislação urbanística do município de Belo Horizonte*: Plano Diretor, Lei n.7165 de 27 de agosto de 1996; parcelamento, ocupação e uso do solo urbano, Lei n.7166 de 27 de agosto de 1996. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Planejamento/PMBH, 1996.

_____. *Planejamento estratégico de Belo Horizonte 2030: a cidade que queremos*. 2010. Disponível em: http://www.pbh.gov.br/bhmetaseresultados/pdf/planejamento_2030.pdf. Acesso em: 8 jun. 2011.

BÓGUS, Lucia. Brasil: dinâmica demográfica metropolitana. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.

BONTEMPO, Valdete. *O "Cartão Postal de Belo Horizonte" como locus de conflitos socioambientais: a regulamentação da Área de Diretrizes Especiais da Pampulha*. 2006. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BORSAGLI, Alessandro. *Os primeiros anos da Cidade de Minas*. 2010. Disponível em: <http://curraldelrei.blogspot.com/2010/05/os-primeiros-anos-da-cidade-de-minas.html>. Acesso em: 04 maio 2011.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. Os Mega Eventos: o futuro do planejamento ou o planejamento como futuro? *Revista Eletrônica E-Metropolis*, Rio de Janeiro, n. 3, ano 1, p. 29-34, dez. 2010.

CAMPOS, Adalgisa. A Pampulha: uma proposta estética e ideológica. *Revista da Fundação João Pinheiro*, Belo Horizonte, v. 13 (5/6), p. 69-90, mai./jun. 1983.

CARNEIRO, Ricardo; BRASIL, Flávia P. D.; FRANÇA, Bruno C. ; BARBOSA, Thiago P. Território, Exclusão e Políticas de inclusão socioespacial: uma análise a partir da experiência de Belo Horizonte. *Ser Social*, Brasília, 2011. No prelo.

CHEREM, M. S.; AGUIAR, M. M. Políticas Públicas Urbanas: Um ensaio sobre a trajetória de Belo Horizonte. In: 1º CONGRESSO MINEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, Belo Horizonte, out. 2010.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

COHRE - The Centre on Housing Rights and Evictions. *Fair Play for Housing Rights: Mega-Events, Olympic Games and Housing Rights*. Genebra: COHRE, 2007. Disponível em: <http://www.cohre.org/mega-events>. Acesso em: 09 jun. 2011.

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

CONGRESSO MINEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 1º, out. 2010, Belo Horizonte.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: MONTE-MOR, R. (Org.) *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR e PBH, 1994.

COSTA; Heloisa Soares de Moura; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Urbanização recente e disputa pelo espaço na dinâmica imobiliária metropolitana em Belo Horizonte. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_3/abep2010_2351.pdf.
Acesso em: 30 abr. 2011.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo Ed., 2006.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Introdução. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

FERNANDES, Edésio. Do código civil ao estatuto da cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, Márcio Moraes. (Org). *Cidade (i)legal*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2 e 3, p. 11-18, maio/dez. 1992.

HALL, C. Michael. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. In: HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram (Ed.). *Sports mega-events: social scientific analyses of a global phenomenon*. Oxford/Malden/Victoria: Blackwell, 2006.

HARVEY, David. *The Urban Experience*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1989a.

_____. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*, Lund, v. 71, n. 1 - The Roots of Geographical Change: 1973 to the Present, p. 3-17, 1989b. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0435-3684%281989%2971%3A1%3C3%3AFMTETT%3E2.0.CO%3B2-6>. Acesso em: 10 abr. 2011.

_____. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. An introduction to the sociology of sports mega-events. In: HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram (Ed.). *Sports mega-events: social scientific analyses of a global phenomenon*. Oxford/Malden/Victoria: Blackwell, 2006.

JABACE, Laís. *“Salve a Mata do Planalto”*: Quando o Lugar resiste à Especulação Imobiliária. 2010. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto; RAZENTE, Nestor. Intervenções urbanas em áreas deterioradas. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 28, n. 2, p. 147-154, jul./dez. 2007.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1978.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LE VEN, Michel M. *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)*. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1977.

LEY, Astrid. >>Friede den Stadien, Krieg den Hütten?<< Strategische Stadtinszenierungen versus soziale Wohnungsbaupolitik in Südafrika. In: HAFERBURG, Cristoph; STEINBRIK, Malte (Hrsg.). *Mega-event und Stadtentwicklung im globalen Süden: Die Fussballweltmeisterschaft 2010 und ihre Impulse für Südafrika*. Frankfurt am Main: Brandes & Aspsel, 2010.

LEY, Astrid; TESCHNER, Klaus; HAFERBURG, Cristoph; STEINBRIK, Malte. Mega-Events und Stadtentwicklung unter den Bedingungen starker sozialer Ungleichheit. In: HAFERBURG, Cristoph; STEINBRIK, Malte (Hrsg.). *Mega-event und Stadtentwicklung im globalen Süden: Die Fussballweltmeisterschaft 2010 und ihre Impulse für Südafrika*. Frankfurt am Main: Brandes & Aspsel, 2010.

LOGAN, J. R. Growth, politics and the stratification of places. In: LAKE, Robert. W. (Ed.). *Readings in Urban Analysis: Perspectives on Urban Form and Structure*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Center for Urban Policy Research, 1983.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, n. 34, p. 197-221, 1991.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Ed. Vozes: Petrópolis, 2003.

_____. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2007.

MINAS GERAIS. Poder Judiciário do Estado. *Autos nº. 0024.00.122.319-7. Autos nº. 0024.04.420.836-1*. Ação de Reintegração de Posse – esbulho possessório – posse anterior comprovada – invasão de propriedade particular. Belo Horizonte, 02 fev. 2009.

MONTE-MÓR, Roberto. Belo Horizonte: A cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto (Coord.). *Belo Horizonte: Espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: Cedeplar/PBH, 1994.

MOTTA, Luana Dias. *A normatização da limpeza e da beleza no Aglomerado do Morro das Pedras-BH: estratégias legais, políticas e discursivas para implementação do Programa Vila Viva*. 2009. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

NACIONES UNIDAS. Asamblea General – Consejo de derechos humanos. *Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto, Sra. Raquel Rolnik*. 18 dez. 2009. Disponível em: <http://daccess-dds->

ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G09/176/16/PDF/G0917616.pdf?OpenElement. Acesso em: 09 jun. 2011.

OLIVEIRA, Fátima de. Reintegração Polêmica. Av. Antônio Carlos – Pastoral de Rua considera discriminatória retirada de famílias que ocupam imóvel há 8 anos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 21 jul. 2004, p. 2.

PASTORAL DE RUA DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. *Diagnóstico participativo urbano dos moradores da área da avenida Antônio Carlos*. Belo Horizonte, 30 set. 2004.

PAULA, João Antônio de. *Raízes da Modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINON, Pierre. *Atlas du Paris haussmannien : la ville en héritage du Second Empire à nos jours*. Paris: Parigramme, 2002.

PLENÁRIA SOBRE OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS (COPA DO MUNDO DE 2014 E OLIMPÍADA DE 2016) E SEUS IMPACTOS SOCIAIS, FINANCEIROS, AMBIENTAIS, CULTURAIS SOBRE AS COMUNIDADES E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA AS 12 CIDADES ATINGIDAS, 2011, Rio de Janeiro.

RELATORIA ESPECIAL DA ONU PARA O DIREITO À MORADIA ADEQUADA. Direito à Moradia e os Impactos Urbanos. In: PLENÁRIA SOBRE OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS (COPA DO MUNDO DE 2014 E OLIMPÍADA DE 2016) E SEUS IMPACTOS SOCIAIS, FINANCEIROS, AMBIENTAIS, CULTURAIS SOBRE AS COMUNIDADES E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA AS 12 CIDADES ATINGIDAS, mar. 2011a, Rio de Janeiro.

Copa 2014, Olimpíadas 2016 e megaprojetos – remoções em curso no Brasil. 2011b. Disponível em: <http://www.rets.org.br/sites/default/files/dossie-relatoria-remoc3a7c3b5es-megaeventos-brasil-2011.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

ROBERTSON, Roland. Mapeamento da condição global: globalização como conceito central. In: FEATHERSTONE, Mike (Org.). *Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SAJ – Serviço de Atendimento Judiciário. *RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL nº 4208361-06.2004.8.13.0024*. 2010. Pontifícia Universidade Católica – Núcleo de Prática Jurídica, Belo Horizonte, 26 jul. 2010.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Geografia urbana de Barcelona. *Finisterra*, XXIX, 57, p. 171-175, 1994. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1994-57/57_10.pdf. Acesso em: 07 jun. 2011.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

SEIXAS, João. Os Mega Eventos na Cidade: Imagética Social, Política Econômica e Governança Urbana. *Revista Eletrônica E-Metropolis*, Rio de Janeiro, n. 2, ano 1, p.4-9, set. 2010.

ROLNIK, Raquel. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JR., O. A.. (Org.). *Globalização fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SAVAGE, M.; WARDE, A. *Urban sociology, capitalism and modernity*. London: Palgrave, 2003.

SILVA, R. H. A. *A Cidade de Minas*. 1991. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1991.

SILVESTRE, Gabriel. The Social Impacts of Mega-Events: Towards a Framework. *Esporte e Sociedade*, ano 4, n.10, fev. 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/esportesociedade/>. Acesso em: 05 jun. 2011.

SIMMEL, G. Conflito e Estrutura do Grupo. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p.150-164.

TEIXEIRA, Carlos M. *Em obras: História do vazio em Belo Horizonte*. São Paulo: Cosac Naif, 1999.

TURNER, Victor. Dramas sociais e metáforas rituais. In: _____. *Dramas, Campos e Metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Editora da UFF, 2008, p. 19-53.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O., VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Ed. Vozes: Petrópolis, 2003.

VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). *Cidade (i)legal*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

VASCONCELOS, Max. *Onde há fumaça, há luta: conflitos ambientais e a trajetória de mobilização dos moradores do bairro Camargos / BH*. 2010. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

VILLAÇA, F. *Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira*. In: SOUZA, M.A.A. et al. *Metrópole e globalização*. São Paulo: Cedesp, 1999.

WEBER, Regina. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 39, p.163-183, 1996.

ZILLI, Luís Felipe. *Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos: um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.